



ELIENE LOPES FARIA
MARIA CRISTINA ROSA

ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE



EDITORA **ufmg**



ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

GOVERNO FEDERAL

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Ana Moser

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor

Alessandro Fernandes Moreira

Pró-Reitora de Graduação

Benigna Maria de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Graduação

Bruno Otávio Soares Teixeira

Pró-Reitora de Extensão

Claudia Andrea Mayorga Borges

Pró-Reitora Adjunta de Extensão

Janice Henriques da Silva Amaral

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

Diretor

Gustavo Pereira Côrtes

Vice-Diretora

Tânia Lúcia Hirochi

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Chefe

Guilherme Menezes Lage

EDITORIA UFMG

Diretor

Flavio de Lemos Carsalade

Vice-Diretora

Camila Figueiredo

Conselho Editorial

Flavio de Lemos Carsalade (PRESIDENTE)

Ana Carina Utsch Terra

Antônio de Pinho Marques Júnior

Antônio Luiz Pinho Ribeiro

Bernardo Jefferson de Oliveira

Camila Figueiredo

Carla Viana Coscarelli

Cássio Eduardo Viana Hissa

César Geraldo Guimarães

Eduardo da Motta e Albuquerque

Élder Antônio Sousa e Paiva

Helena Lopes da Silva

João André Alves Lança

João Antônio de Paula

José Luiz Borges Horta

Lira Córdova

Maria de Fátima Cardoso Gomes

Renato Alves Ribeiro Neto

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi

Rodrigo Patto Sá Motta

Sergio Alcides Pereira do Amaral

Sônia Micussi Simões

CAED

Diretora de Educação a Distância da UFMG

Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Diretora Adjunta de Educação a Distância da UFMG

Maria das Graças Moreira

Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFMG

Sônia Maria Nunes Viana

ELIENE LOPES FARIA
MARIA CRISTINA ROSA

ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Belo Horizonte
Editora UFMG
2023

© 2023, Eliene Lopes Faria, Maria Cristina Rosa

© 2023, Editora UFMG

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

Coordenação Editorial

Jerônimo Coelho

Direitos Autorais

Anne Caroline Silva

Assistência Editorial

Eliane Sousa

Coordenação de Textos

Lira Córdova

Produção Gráfica

Warren Marilac

Produção Editorial/CAED-UFMG

Michel Gannam

Preparação de Textos

Lúcia de Salvo Oliveira

Revisão de Provas

Aline Almeida

Projeto Gráfico

Setor de Design/CAED-UFMG

Formatação e ilustrações dos professores

Carolina Vilhena

Sérgio Luz

Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão - FAFICH

TEL. 3409-6318

Ficha catalográfica

F224e Faria, Eliene Lopes.

Esporte, lazer e juventude [recurso eletrônico] / Eliene Lopes Faria,
Maria Cristina Rosa. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2023.

1 recurso online (47 p. : il.) : pdf
Coleção EaD-UFMG

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5858-060-7

1. Esportes. 2. Lazer. 3. Juventude. 4. Políticas públicas. 5. Educação I. Rosa, Maria
Cristina. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Apoio a Educação a
Distância. III. Título. IV. Série.

CDD: 370.116

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza – Bibliotecária - CRB-6/1390

Editora UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 | CAD 2 | Bloco 3

Campus Pampulha | 31270-901

Belo Horizonte-MG | Brasil

Tel. +55 31 3409-4650

www.editoraufmg.com.br | editora@ufmg.br

Centro de Apoio à Educação a Distância da UFMG (CAED-UFMG)

Av. Antônio Carlos, 6.627 | Unidade Administrativa III

Térreo | Sala 115 | Campus Pampulha | 31270-901

Belo Horizonte-MG | Brasil

Telefax +55 31 3409-5526 | ead@ufmg.br

NOTA DA DIRETORIA DO CAED

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) atua em diversos projetos de educação a distância, que incluem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, destacam-se as ações vinculadas ao Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED-UFMG), que iniciou suas atividades em 2003.

Primeiramente, o trabalho de apoio à educação a distância esteve ligado ao assessoramento da Reitoria e das unidades acadêmicas no credenciamento dos primeiros cursos de graduação na modalidade a distância (EaD) da UFMG no Ministério da Educação (MEC).

Posteriormente, o CAED passou a ampliar sua atuação em favor da institucionalização da EaD na UFMG, coordenando e assessorando o desenvolvimento de cursos de graduação, pós-graduação e extensão a distância; desenvolvendo estudos e pesquisas sobre EaD; capacitando profissionais envolvidos com a modalidade; promovendo a articulação da UFMG com os polos de apoio presencial; assessorando a produção de materiais didáticos impressos e digitais sobre EaD na UFMG e gerindo os recursos financeiros dos cursos.

Atualmente, o CAED tem se esforçado bastante para orientar e capacitar os agentes envolvidos nos cursos e demais ações a distância da UFMG para produzirem materiais didáticos e outros objetos de aprendizagem (animações, videoaulas, webconferências etc.), em consonância com as especificidades da educação a distância, de forma a permitir que essa modalidade de ensino possua o mesmo nível de excelência das demais atividades da universidade.

Nesse contexto, destacamos a parceria do CAED com a Editora UFMG, consolidada com a criação de um selo de qualidade EaD-UFMG. Assim, temos a honra de lançar esta obra, esperando que todos os leitores possam aproveitá-la ao máximo, inclusive entrando em contato conosco para sugestões, comentários e críticas.

Bons estudos!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
Unidade 1	
SOBRE JUVENTUDES E PRÁTICAS JUVENIS	11
1.1 O que é a juventude?	11
1.2 Representações da juventude	15
1.3 Condição juvenil	16
1.4 Práticas juvenis e formas de participação	20
1.5 Apropriações dos espaços urbanos pelos jovens	23
Atividade 1	
Unidade 2	
SOBRE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO	29
2.1 Porque tematizar a educação?	29
2.2 Esporte, lazer, juventude: reflexões sobre o modelo escolar de educação	30
2.3 Reflexões sobre participação e educação	34
2.4 Produzindo projetos de esporte e lazer com os jovens	39
Atividade 2	43
REFERÊNCIAS	45
SOBRE AS AUTORAS	49

APRESENTAÇÃO

Caro cursista,

Seja bem-vindo ao curso Esporte, Lazer e Juventude!

Para refletir sobre juventude, esporte e lazer, algumas perguntas são essenciais: quem são os jovens de quem falamos? Como eles se constituem? Quais são suas práticas e como as experimentam? Que sentidos e significados são atribuídos por eles a essas práticas? Quais políticas públicas privilegiam os jovens? Que lugar o esporte e o lazer ocupam na vida desses sujeitos? Como os jovens se apropriam da cidade ao vivenciar práticas de esporte e lazer?

Ao escrever sobre juventude e escolarização no ensino médio, Dayrell propõe, ao invés de centralizar a análise do tema nas instituições educativas, ter como centro os sujeitos, pois como afirma “(...) a escola tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca” (DAYRELL, 2009, p. 4).

Ter o jovem como o eixo central das indagações e discussões sobre esporte, lazer e juventude é para nós um estímulo, um exercício a que também nos propomos. Esse é um dos objetivos: contribuir com um dos desafios do PELC: o “desenvolvimento de ações educativas, com vistas à autonomia dos sujeitos nessas práticas, conscientes da sua importância, limites e possibilidades” (BONALUME *et al.*, 2011, p. 64).

Mesmo tendo a faixa etária como um dos parâmetros para compreender os jovens, tentamos não centralizar as discussões em conceitos ou dados que os homogeneizem. Consideramos as regularidades, já que compõem uma fase da vida (PAIS, 2009), mas, sobretudo, propomos o exercício de, ao olhar para os contextos em que o PELC é implantado e realizado, perceber e potencializar as singularidades desses sujeitos, que enfrentam de maneiras distintas a condição juvenil.

A proposta é tentar conhecer as condições de vida desses sujeitos, “reconhecer experiências, saberes e identidades culturais” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 103), e, quem sabe, descobrir e ampliar conhecimentos sobre as demandas, as opiniões e os desafios desses sujeitos quando o tema é esporte e lazer; reconhecendo, como argumenta a Secretaria Nacional da Juventude, os jovens como sujeitos de direitos e de políticas públicas (BRASIL, 2014a).

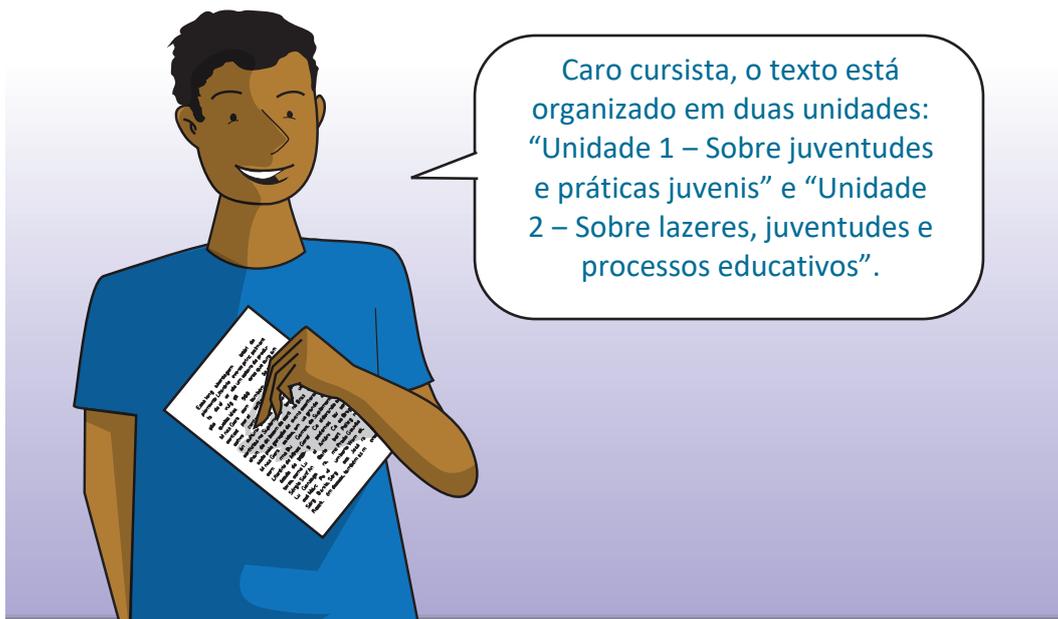
Ementa

O propósito geral deste módulo é o de apresentar princípios gerais que devem orientar a atuação profissional em esporte e lazer entre grupos de jovens. Mais especificamente, pode-se apresentar as principais características que marcam a vida social desses grupos e devem ser consideradas em projetos ou atividades de esporte e lazer. Quais atividades de esporte e lazer marcam as preferências dos jovens? Quais suas motivações? Quais sentidos são atribuídos a essas práticas? Como se organizam? Mais importante: de que maneira tais atividades podem ser apropriadas e pedagogicamente utilizadas em projetos de esporte e lazer no âmbito dessas comunidades?

Objetivos:

- Ampliar a compreensão sobre os jovens e suas práticas;
- Apresentar princípios gerais que possam orientar a atuação profissional no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC);
- Focalizar as práticas educativas de esporte e lazer para os jovens.

Este curso, que traz temática do esporte, lazer e juventude, tem, pois, como principal objetivo ampliar a compreensão sobre os jovens e suas práticas, bem como apresentar princípios gerais que possam orientar a atuação profissional no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), a partir de práticas educativas de esporte e lazer que tenha como público-alvo os jovens.



Procure organizar os seus estudos para que essa experiência seja exitosa. Bons estudos!

Olá! Vamos iniciar a Unidade I, que tem por objetivo conhecer e ampliar a compreensão sobre os jovens e suas práticas, especialmente as de esporte e lazer. Para isso, serão desenvolvidos alguns conceitos para compreender a juventude, suas principais representações e condição juvenil, buscando dar elementos para compreender a pluralidade de formas de ser jovem em nossa sociedade. Posteriormente, serão abordadas as principais práticas culturais experienciadas pelos jovens, dando ênfase às práticas de esporte e lazer, sendo ressaltadas formas de participação e apropriação dos espaços urbanos pelos jovens.

1.1 O QUE É A JUVENTUDE?

O que é ser jovem? Quais parâmetros definem a juventude? Juventude ou juventudes? Os jovens se compreendem entre eles e com outras pessoas de diferentes idades? Como os jovens são reconhecidos? Como são os tempos sociais dos jovens? Você já parou para pensar em algumas dessas questões?

Vários parâmetros são utilizados para dizer quem são os jovens, tais como: o desenvolvimento biológico, fisiológico e/ou psicológico e a faixa etária. Até mesmo o estado de espírito é uma referência, ou seja, é considerado jovem quem apresenta “uma postura diante da vida associada à alegria, ao vigor, à disposição, à criatividade e ao desejo de mudança” (LEÃO; CARMO, 2014, p. 15).

A faixa etária é importante para definição e formulação de políticas públicas, como ocorre com o Estatuto da Juventude – estabelecido na Lei nº 12.852, de 05.08.2013 (BRASIL, 2013) – que fala sobre direitos e deveres dos jovens e reivindica ações do Estado para garanti-los, bem como para a avaliação de indicadores sociais que dizem sobre a qualidade de vida da população, dando-nos informações em nível macro sobre a condição de vida dos jovens, tais como: acesso à escola, trabalho e os seus tempos sociais.

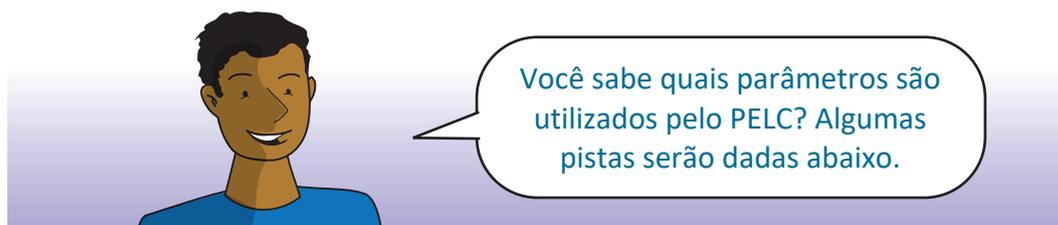


FIQUE ATENTO

Para conhecer o Estatuto da Juventude (2013), acesse: <https://bit.ly/36OJbkE>.

Todavia, há definições etárias diferentes para delimitar esse grupo. A Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de novembro de 1985, por exemplo, define como juventude o grupo de pessoas entre 15 e 24 anos de idade (BRASIL, 2014b); o Estatuto da Juventude, referência adotada em diferentes políticas sociais no Brasil, considera jovens pessoas entre 15 e 29 anos. Além disso,

devemos lembrar que parte da juventude coincide com a adolescência, que abrange a idade de 12 a 18 (BRASIL, 1990).



O PELC é uma política pública e social que pretende atender as necessidades de esporte recreativo e de lazer da população. O seu principal objetivo é a democratização desses conteúdos (BRASIL, 2016), o que ocorre através do desenvolvimento de ações de convívio social, de formação de gestores e de lideranças comunitárias, de fomento à pesquisa e socialização do conhecimento (BONALUME *et al.*, 2011) – produzido, especialmente a partir de experiências realizadas no próprio Programa.

Os Núcleos do PELC, localizados em diferentes cidades e regiões do país, desenvolvem práticas de atividades físicas, culturais e de lazer pautadas no princípio da gestão participativa. Têm-se como propósito garantir acesso ao lazer e ao esporte recreativo, considerando faixas etárias e segmentos sociais diversos (BONALUME *et al.*, 2011), bem como etnia, gênero e outras variáveis.

A faixa etária não é o único parâmetro que orienta o seu planejamento e abrangência. Além disso, são garantidas ações no âmbito do esporte e lazer para jovens, especialmente de classes populares. Como exemplo, citamos o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), uma ação intersetorial entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Justiça, que desenvolveram entre os anos de 2007 a 2010 ações educativas no âmbito do esporte e lazer.

 **SAIBA MAIS**

Veja as seguintes publicações sobre o PRONASCI: *Política intersetorial: PELC e PRONASCI* (v. 1): <https://bit.ly/3irt8i1>; e *Esporte e lazer no PELC PRONASCI* (v. 3): <https://bit.ly/2TnQs7H>.

O fato é que a juventude compreende um período longo e que abrange etapas com características heterogêneas, sendo adotadas subdivisões etárias menores nos estudos numa tentativa de qualificar as análises, como ocorre na Síntese de Indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2014b), que analisa as condições de vida da população brasileira com base especialmente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); e na Pesquisa Nacional sobre o Perfil e a Opinião de Jovens Brasileiros (BRASIL, 2014a), que evidencia diferenças, como: jovens de 15 a 17 anos ainda estão na adolescência; jovens de 18 a 24 anos trabalham ou conciliam estudo e trabalho; e jovens de 25 a 29 encontram-se num período de mais independência e mais responsabilidade.



SAIBA MAIS

Para saber mais sobre os jovens brasileiros, ver a Pesquisa Nacional sobre o Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (2014), desenvolvida pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que é um órgão criado em 2015 e que tem entre os seus objetivos criar uma Política Nacional de Juventude: <https://bit.ly/3hsuQiu>.

Todavia, como mostra Carrano (2000), essa é a maneira mais simplista de definir esse grupo social, pois a idade não tem um caráter universal. A realidade é mais complexa e envolve “elementos relacionados aos campos simbólico e cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam a sociedade” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 110). A juventude não é uma categoria homogênea. Você já refletiu sobre isso?

Como afirma Mellucci (1997, p. 9) “a juventude não é mais somente uma condição biológica, mas uma definição cultural”. Constituída pela faixa entre 15 e 29 anos, nas orientações de trabalhos na área demográfica e no Estatuto da Juventude, essa classificação de juventude é questionada por Spósito, pois:

(...) para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a *antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos*, na medida em que certas características de autonomia e inserção em atividades no mundo do trabalho – típicos do momento definido como a transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto – torna-se horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos (SPÓSITO, 1997, p. 39, grifo nosso).

A categoria juventude não é estável e linear, mas uma construção histórica, social, cultural e relacional (DAYRELL; CARRANO, 2014; PAIS, 2009), não é um dado. Ela é, antes de tudo, uma construção carregada de significação cultural, bem como os jovens são plurais e contrariam um conjunto de estereótipos a eles atribuídos, tais como: irresponsabilidade, impetuosidade desmedida, violência, desapego aos valores familiares (SPÓSITO, 1988 *apud* ANDRADE, 2000). Você é capaz de perceber essa pluralidade no seu cotidiano?



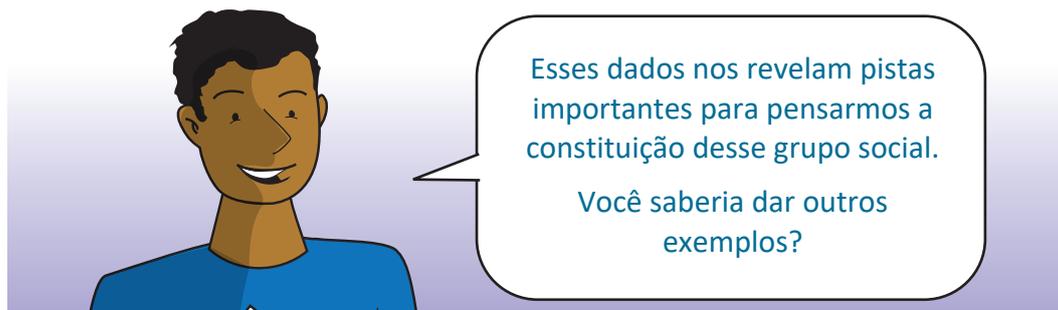
PARA REFLETIR

Quem são os jovens de sua cidade? Como você os identifica?

Somado a heterogeneidade dos contextos, outro fator relevante é que a juventude, como qualquer outra fase da vida, não se constitui por isolamento, mas através de relação entre pares e também pela participação em contextos nos quais adultos, crianças e idosos também compõem a cena, sendo, portanto, constituída através de relações intergeracionais, que precisam também ser valorizadas nos contextos em que são estabelecidos e desenvolvidos os núcleos do PELC.

Um exemplo de relações estabelecidas é que grande parte dos jovens que entra no mercado de trabalho tem apoio de suas redes de relações, destacando-se a ajuda dos pais ou parentes e depois de amigos ou vizinhos (BRASIL, 2014a). A *internet*, embora muito utilizada por eles para outros fins, não tem destaque quando esse é o tema. Outro exemplo: jovens gostam de discutir sobre assuntos diversos com pessoas também diferentes. Sobre educação e violência a preferência

são os pais e responsáveis; com os amigos, drogas e sexualidade estão em primeiro lugar; há temas que são preferencialmente discutidos em sociedade, como desigualdade social e pobreza (BRASIL, 2014a).



Ao escrever sobre relações intergeracionais entre crianças e velhos, vivenciadas em práticas lúdicas da vida cotidiana, Oliveira (1997) mostra nesse relacionamento a transformação dos dois grupos, numa influência recíproca que cria situações inusitadas sem que haja relação de subordinação. O autor destaca nesse contexto o universo do lúdico, presente na vida cotidiana, “como ruptura, qualidade de outro que não a rotina diária. Ele [o lúdico] pode ensejar ainda uma relação em que os sujeitos se reconheçam como iguais e diferentes; iguais na não superposição de direitos e diferentes pelas singularidades que lhes são próprias” (OLIVEIRA, 1997, p. 16). Ele nos mostra como o lúdico, elemento comum nas práticas de esporte e lazer, possibilita a equidade, que é uma característica importante no trato intergeracional e um dos princípios do PELC, juntamente com outros como trabalho coletivo, gestão e planejamento participativo, intersetorialidade, valorização e fortalecimento da cultura popular nacional (BONALUME *et al.*, 2011).



PARA REFLETIR

Inspirados nos escritos de Oliveira (1997) e considerando o local onde você vive, vamos pensar sobre relações estabelecidas entre jovens com jovens, jovens com idosos, jovens com crianças e jovens com adultos. Tente, para esse exercício, ter como centralidade as práticas de esporte e lazer de seu cotidiano em que o elemento lúdico é um componente essencial. Você saberia dar alguns exemplos?

Finalmente, Pais (2009) afirma que as fases da vida eram reguladas por idades normativas – o que ainda mantém alguma estabilidade – e por ritos que marcavam a passagem de uma fase para outra, todavia, hoje, há uma desestabilização ou variabilidade das fronteiras que separam essas fases, que são mais fluidas e descontínuas. Para ele:

as trajetórias de vida são singulares, mas inscrevem-se em regularidades que têm marcas culturais. As fases de vida – e as representações que delas se têm – são uma clara expressão dessas regularidades. Se existem fases de vida é porque se encontram sujeitas a regularidades, embora cada indivíduo possa viver singularmente o seu próprio curso de vida (PAIS, 2009, p. 374).



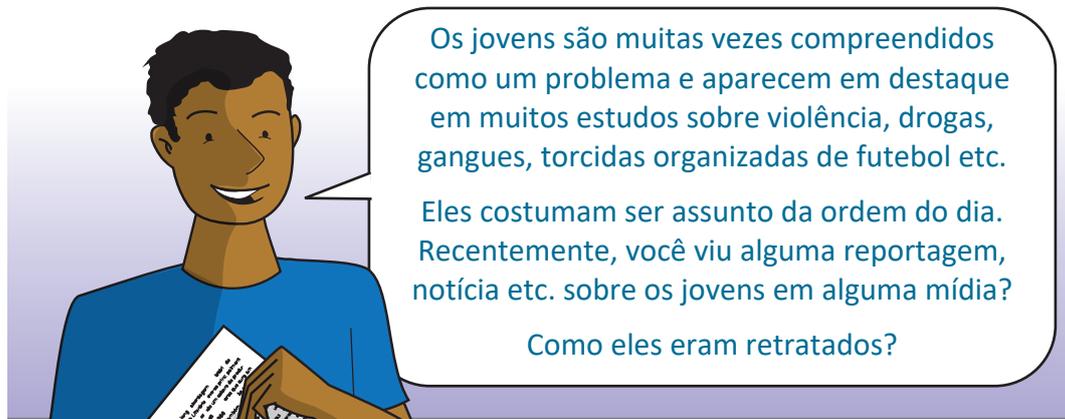
PARA REFLETIR

Se você fosse questionado sobre quais as principais formas como os jovens são reconhecidos pela sociedade, o que você apontaria? Em sua resposta, aponte aspectos positivos e negativos.

1.2 REPRESENTAÇÕES DA JUVENTUDE

Os jovens são, muitas vezes, considerados marginais ou sub cidadãos, valores encontrados não só no senso comum, mas também em propostas socioeducativas ditas inclusivas (DAYRELL; CARRANO, 2014); são classificados como excluídos, marginais, desiguais (ARROYO, 2014). Você já parou para pensar nesse tema?

Ao se abordar o tema violência, eles ocupam a centralidade, uma vez que são vistos como principais agentes e vítimas da violência urbana (CAMARANO, 2006), considerada um fator de risco para esse grupo social.



Contudo, para Abramo uma advertência se faz necessária:

(...) a maior parte da reflexão é ainda destinada a discutir os sistemas e instituições presentes na vida dos jovens (...), ou mesmo estruturas sociais que conformam situações problemáticas para os jovens, pouca delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações (ABRAMO, 1997, p. 25).

Somente alguns estudos mais recentes têm voltado à atenção “para a consideração dos próprios jovens e de suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação” (ABRAMO, 1997, p. 25), como também propõe o PELC. O impacto da escolarização e dos processos formativos na constituição dos sujeitos, por exemplo, tem sido o enfoque de muitos estudos sobre escola e juventude.

A juventude é muitas vezes vista, como ocorre também com a infância, como uma fase de transição, de passagem, de preparação para a próxima fase da vida, ou seja, para a fase adulta, sendo observado um caráter de provisoriedade (WELLER, 2014; CAMARANO, 2006). Para Leão e Carmo (2014), essa característica serve, em algumas situações, para negar aos jovens o direito de escolha e opinião, ficando as suas demandas adiadas.

Paradoxalmente, há uma valorização da juventude. Você já percebeu essa situação?

Pessoas de diferentes idades e fases, como crianças e adultos, desejam/almejam ser jovens ou têm os jovens como referência (DAYRELL; CARRANO, 2014; PAIS, 2009; LEÃO; CARMO, 2014). Em outras palavras, os mesmos jovens que ocupam a centralidade nos noticiários e nos índices sobre a violência e são social e culturalmente reconhecidos por identidades negativas ocupam a centralidade nas mídias. Essa centralidade é devida a comportamentos (como risco, aventura e busca de inovação), a características físicas (como vigor, beleza e aparência) e ao modo de se vestir, consumir e falar, que são peculiares aos jovens, e são transformados em objeto de desejo, construindo e afirmando, como ressaltam Leão e Carmo (2014), identidades próprias que são perseguidas por sujeitos de outras faixas etárias ou de outras fases da vida.

Como mostra Pais (2009, p. 373), “os mais velhos tudo fazem para se aparentarem mais novos. Ou seja, a juventude passou a ser considerada uma ‘geração vanguarda’, um modelo de referência”, ou modelo cultural (LEÃO; CARMO, 2014). Você já pensou sobre esse tema?



MULTIMÍDIA

Ver o vídeo *Todos queremos ser jovens*, disponível em: <https://youtu.be/c6DBaNdBnTM>.



SAIBA MAIS

Para outras informações, leia os textos: “Em defesa do modelo JUBESA (juventude, beleza e saúde)” (LOVISOLO, 2006); e “A juventude como sintoma da cultura” (KEHL, 2007).

Essas são algumas das principais representações da juventude. Você saberia indicar outras?



PARA REFLETIR

Quais são as principais representações de juventude que você consegue identificar na sua cidade? Como você percebe ou reconhece os jovens com quem convive? Amplie o seu olhar para outras localidades e faça esse mesmo exercício. Você nota semelhanças? E diferenças? Qual é a sua percepção?

1.3 CONDIÇÃO JUVENIL

A condição juvenil é constituída por diferentes dimensões – como trabalho, educação, lazer, família, moradia e políticas públicas – condicionadas e reguladas por fatores econômicos, históricos, sociais etc.



VOCÊ SABIA?

A expressão “condição juvenil” possui o seguinte significado:

Do latim, *conditio* refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação. Assim, existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil. Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-generacional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc. Na análise, permite-se levar em conta tanto a dimensão simbólica quanto os aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos, nos quais a produção social da juventude se desenvolve (...) (DAYRELL, 2007, p. 1108).

Considerando os diferentes contextos, há uma diversidade de formas de se viver a condição juvenil, de experienciar essa fase da vida (ARROYO, 2014; DAYRELL; CARRANO, 2014; LEÃO, CARMO, 2014; BRASIL, 2014a), portanto, uma diversidade de juventudes que precisamos tentar compreender, para com elas trabalhar no âmbito do PELC.

No Brasil, há 51,3 milhões de jovens (BRASIL, 2014b) concentrados em área urbana e que fazem parte dos grupos de pessoas potencialmente ativas. Segundo Campos e Phintener (2016), embora tenha ocorrido um crescimento da população total de 147,9 milhões para 170,79 milhões no ano de 2003 para 2013, não houve alteração no número de jovens nas áreas urbanas no Brasil, sendo 41,21 milhões em 2003 e 41,93 milhões em 2013.

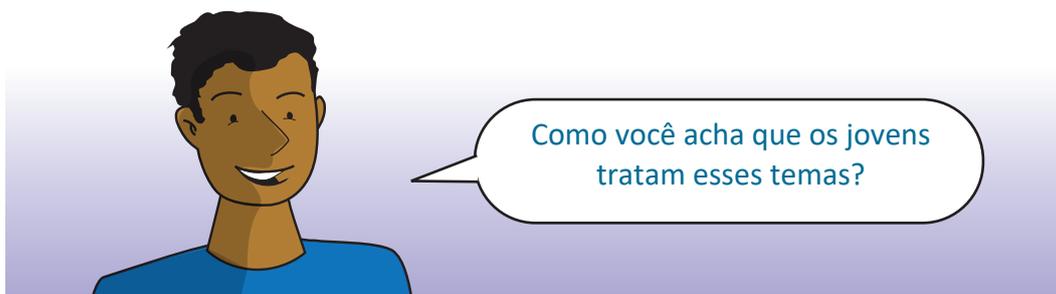
A Pesquisa Nacional sobre o Perfil e a Opinião de Jovens Brasileiros, que teve como base a renda domiciliar *per capita*, indica que 28% estão nos estratos sociais mais baixos, 50% no médio e 11% no alto. Esse dado é relevante, pois as práticas juvenis mudam conforme as condições sociais. Os jovens das classes populares são, por exemplo, menos privilegiados nas políticas públicas, como também são os das áreas rurais. As mulheres têm mais filhos e são, portanto, mais responsáveis (BRASIL, 2014a). Entre os jovens, a mortalidade por causa da violência é alta, sendo maior entre pessoas pobres, do sexo masculino e da cor negra (BRASIL, 2014b).



MULTIMÍDIA

Sobre a falta de políticas públicas para os jovens rurais, ver o vídeo *Diz aí juventude rural*, do Canal Futura, disponível em: <https://youtu.be/1Bvttecc2zo>. Além disso, esse canal (<https://www.youtube.com/user/canalfutura>) tem uma série sobre a juventude rural que aborda, em diferentes vídeos, temas como educação formal, educação não formal e identidade. Vale a pena conferir no YouTube.

Os jovens se interessam por uma diversidade de assuntos como trabalho, violência, sexualidade; são ativistas, não só político, mas também social; instigam o novo, experimentam; lidam bem com as diferenças.



As principais formas de atuação desse grupo são a mobilização de rua, atuação em grupos organizados por alguma causa e a participação em conselho e mobilização pela *internet* também são relevantes (BRASIL, 2014a). Como exemplo, citamos as ocupações de escolas públicas em 2016 em cidades de vários estados do país como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Uma mobilização realizada por jovens, com apoio dos pais e professores, em protesto a má qualidade de educação, a péssima estrutura dos prédios escolares, a falta de merenda, entre outros itens.

É um momento de mais *autonomia*, já que os jovens ampliam suas experiências, fazem escolhas, constroem identidades, descobrem-se como indivíduos (DAYRELL, 2005).



SAIBA MAIS

Para saber mais sobre autonomia e protagonismo juvenil ver o filme “Hoje eu quero voltar sozinho”, dirigido por Daniel Ribeiro, que trata da história de Leo, um adolescente cego, que tem uma mãe muito protetora e que quer ser mais independente.

Ao escreverem sobre os tempos sociais de jovens brasileiros, Campos e Phintener (2016) destacam diferentes tempos, a partir de atividades típicas do cotidiano como estudo, trabalho, deslocamento, culto, associativismo, esporte e lazer. Nessa pesquisa, eles analisam os temas trabalho, cuidado domiciliar, estudo e deslocamento (em relação ao trabalho), não dando destaque ao lazer, embora afirmem que aqueles impliquem no tempo de lazer dos jovens. Uma informação interessante é que mostram nessa faixa etária, considerando um ponto de vista macro, a definição de outros tempos sociais a partir da duração, composição, distribuição e intensidade do trabalho, destacando a sua centralidade. Todavia, ao considerar um ponto de vista micro, afirmam que “a experiência desses tempos adquire sentidos distintos, conforme a vinculação econômica, social e política dos jovens” (CAMPOS; PHINTENER, 2016, p. 125), mostrando o quanto são dinâmicas e plurais as práticas, as disputas entre os tempos sociais, as juventudes.

Dayrell e Carrano também mostram a centralidade do trabalho, a partir da realização de estudos em que estão atentos a singularidades e diversidades dos grupos pesquisados. Segundo eles, “para grande parcela de jovens a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 114).

A juventude brasileira é, pois, uma juventude trabalhadora, embora com desigualdades em relação à estabilidade e qualidade do emprego (BRASIL, 2014a). Entre os grupos etários, a juventude é a mais atingida pela desocupação, sendo maior o desemprego entre os jovens, uma tendência observada mundialmente (BRASIL, 2014b), mesmo considerando que os jovens contemporâneos

são mais qualificados que gerações anteriores, pois eles têm mais acesso à educação e permanecem mais tempo na escola.

Já a escola, “é uma instituição central na vida dos jovens. Ela é um espaço de convivência e aprendizado, no qual os jovens passam grande parte do seu cotidiano e fazem amigos, compartilhando experiências, valores e projetos de vida” (LEÃO; CARMO, 2014, p. 11), sendo um lugar importante para a construção das identidades juvenis. Todavia, apenas 35,9% dos jovens a frequentavam, dado que varia conforme idade e sexo (CAMPOS; PHINTENER, 2016) e menos da metade deles chegam ao ensino médio (CARRANO, 2014). Como se pode observar, assim que avança a idade, os jovens se inserem mais no trabalho e frequentam menos a escola.



SAIBA MAIS

Sobre a importância do trabalho, junto à educação, como elemento central na vida dos jovens, ver: *Agenda juventude Brasil: Quem são... Como vivem... O que pensam e propõem os jovens brasileiros. Pesquisa nacional sobre o perfil e a opinião de jovens brasileiros, 2013. Relatório Preliminar (2014)*, disponível em: <https://bit.ly/3hsuQiu>.

Os jovens que têm acesso à escola aumentaram nos últimos anos, mas o número ainda é baixo. Além disso, a escola tem dificuldades de lidar com os jovens, pois na maioria das vezes, não se consideram os sujeitos que a frequenta, que são constituídos por experiências, saberes, desejos, ambiguidades etc. A escola vê os jovens apenas como alunos, homogêneos, sem considerar a sua condição juvenil (DAYRELL, 2007; DAYRELL; CARRANO, 2014). Como afirmam esses autores, quem trabalha com jovem tem que compreender o que é ser jovem hoje. Esse é um dos desafios da escola e para nós também do PELC.

A juventude é conectada. Os jovens têm acesso, cada vez mais cedo e de forma mais intensa, às tecnologias de informação e comunicação (TICs). No Brasil, o maior grupo de usuários de atividades no computador e na internet estão nas faixas etárias entre 16 e 24 anos e 25 e 34 anos, destacando “especialmente no que se refere a atividades relacionadas a redes de relacionamento, busca de empregos/informações sobre pós-graduação, *download* de filmes, músicas, jogos e *softwares*. Nesse público, o percentual de usuários de redes sociais chega a 88,9%” (KUBOTA *et al.*, 2016, p. 207). Quanto mais jovem, mais relação se tem com celular, internet, computador (BRASIL, 2014a).



MULTIMÍDIA

Para compreender melhor os jovens e os usos das novas tecnologias de informação e comunicação, você poderá ver a entrevista *Juventude conectada*, exibida na Sala de Debate, do Canal Futura, disponível em: <https://youtu.be/UsC-FhLqw8g>.

É interessante observar que o aumento das TICs muda padrões de informação e comunicação entre os jovens, mas as pesquisas não mostram que há uma substituição nas *formas de sociabilidade e participação* (BRASIL, 2014a). Esse dado é muito interessante para pensarmos sobre as formas de sociabilidade e a importância das práticas juvenis, especialmente as de esporte e

lazer, como propõe o PELC, uma vez que são práticas centrais na juventude e têm a sociabilidade como elemento essencial.



PARA REFLETIR

Como vivem os jovens de sua cidade? Como podem ser observadas as dimensões que compõem a condição juvenil desses sujeitos? Escolha um grupo específico e tente apreender características sobre a educação formal, o trabalho, a constituição familiar, o lazer, entre outros aspectos que compõem a vida desses sujeitos.

1.4 PRÁTICAS JUVENIS E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Quais são as práticas que os jovens participam? Quais as principais práticas de esporte e lazer que têm a participação dos jovens? Que sentidos são atribuídos a estas práticas? Como são as formas de participação dos jovens? Quais são as potencialidades e limites dessas práticas? Como elas podem ser potencializadas no PELC?

As juventudes contemporâneas se organizam em agrupamentos juvenis, como grupos da igreja, grupos culturais, grupos vinculados a projetos sociais (LEÃO; CARMO, 2014), todavia não é mais característica o reconhecimento do jovem por uma identidade, mas por identidades (CARRANO, [s. d.]).

Os grupos juvenis e suas redes de sociabilidade são construídos a partir de práticas culturais diversas — produzidas nas escolas, nos tempos “livres” e de lazer — e têm sido apontados por estudiosos da juventude no Brasil como um campo de investigação emergente (SPÓSITO, 2000; DAYRELL, 2000). Contudo, torna-se necessário escapar às dicotomias, buscando uma compreensão mais ampla dos sujeitos a partir da investigação de práticas juvenis que contemplem, mas que também transcendam os tempos e espaços da escola.

A sociabilidade, como já dito, ocupa uma dimensão central na vida dos jovens (LEÃO; CARMO, 2014) e ocorre em diferentes locais como na escola, espaços e equipamentos de lazer, trabalho, entre grupos diversos como amigos, colegas, familiares e alunos. Como a sociabilidade tem ocorrido no âmbito do PELC? Você já pensou nesse tema?

Na escola, como mostra Carrano (2014), a sociabilidade é muito importante e não pode ser esquecida, por ser um lugar de conhecimento e reconhecimento dos jovens, lugar de viver uma cultura plural e ampliá-la.

Como indica Dayrell (2005, p. 238), o lazer “não é um espaço de vivência de sociabilidades, mas de produção de sociabilidades”, no lazer os jovens vivem de forma mais autônoma. É um tempo/ espaço que também tem problemas, como o uso e a venda de drogas lícitas e ilícitas, mas que para os jovens têm se revelado como tempo/espaço de construção de identidades positivas, de aprendizagens.



SAIBA MAIS

A revista *Licere*, uma publicação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, traz alguns artigos que abrangem a temática lazer e juventude. Nesses artigos são abordados temas como drogas, bebidas, práticas corporais, como dança, futebol e *skate*. Veja em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/index>.



MULTIMÍDIA

Sobre o direito ao desporto e ao lazer, que está no Estatuto da Juventude, ver o vídeo *Todo jovem tem direito ao desporto e ao lazer*, disponível em: https://youtu.be/s00Nf_8iOUw.

O lazer é, pois, marcante na juventude e o envolvimento dos jovens ocorre especialmente pelas práticas culturais. A cultura “(...) aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 115); lugares vinculados à cultura possuem tempos e lugares mais democráticos, permitindo aos jovens a sua construção como sujeito (DAYRELL, 2005).

Dentre os estudos sobre práticas culturais juvenis no Brasil, Barbosa (2016) trabalha com dados da Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião de Jovens Brasileiros de 2013. Esse autor, todavia, faz uma crítica importante sobre pesquisas realizadas sobre esse tema, que geralmente “se apoiam na ideia das faltas e presenças. Ou, ainda, formulando também aqui de maneira simples e direta, referem-se às ideias de se fazer ou não as práticas, mas sem o apoio analítico dos significados que os atores conferem às suas práticas” (BARBOSA, 2016, p. 227).

Conforme esse autor, as práticas culturais realizadas pelos jovens dependem de vários fatores, não só do pertencimento a grupos socioeconômicos, como também da escolaridade, das redes de sociabilidade, do que é vivido nos espaços de interação social, da oferta de bens e equipamentos culturais, das trajetórias dos sujeitos. Segundo afirma, os jovens transitam e efetuam diferentes formas de práticas e têm preferências “por atividades de socialização, relacionados à cultura pop e à de passeios” (BARBOSA, 2016, p. 248), dando-nos pistas importantes para o trabalho no PELC.



SAIBA MAIS

Para ver a pesquisa completa, ler o texto: “Os jovens brasileiros e suas práticas culturais: entre universalismo e singularidades” (BARBOSA, 2016, p. 221-266).



VOCÊ SABIA?

Alguns autores desenvolvem trabalhos muito interessantes considerando os diferentes modos de ser jovem. Alguns desses estudos e outras produções sobre e para a juventude podem ser encontrados em observatórios da juventude. Ver: Observatório da Juventude UFMG (<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/>), Observatório Jovem UFF (<http://www.uff.br/observatoriojovem/>), Participatório: Observatório Participativo da Juventude (<http://juventude.gov.br/participatorio/#.VzelyPkrLAV>).

Quanto à participação dos jovens, alguns trabalhos tendem a dar enfoque a uma postura passiva dos jovens, ou seja, como se ficassem submersos a mecanismos de controle, de disciplina e de poder. Mas eles não são massas modeláveis, nos quais se imprimem valores e normas, processos educativos, a inculcação do consumo etc. Os jovens se apropriam da dinâmica cultural produzindo uma diversidade de usos e significados das práticas culturais (SPÓSITO, 2000). São praticantes e consumidores da cultura.

Nas práticas juvenis, a participação ocorre de diferentes formas. Por exemplo, no carnaval de Ouro Preto, os jovens assumem um protagonismo na vivência da festa bem como na sua organização, uma vez que gerenciam blocos, festas nas repúblicas e *shows* em espaços fechados e são também os principais consumidores e produtos dessas manifestações (SOUTO MAYOR, 2009). Os estudos de Dayrell (2005) mostram uma efervescência da produção cultural na cidade de Belo Horizonte, através da música, especialmente do *rap* e do *funk*.

Soares e Castro discutem dominação e resistência, a partir da inserção cultural de dois jovens de uma banda *hardcore*, cultura *underground*, da cidade de São João do Meriti, na Baixada Fluminense, destacando discussões sobre o território físico, as expressões culturais e as possibilidades de encontros. Os autores destacam as ferramentas culturais como possibilidade de enfrentamento e resistência, afirmando que “o lazer e o entretenimento se tornaram formas de reconciliar a insatisfação e a revolta, com formas culturalmente aceitas de ousar e aventurar-se” (SOARES; CASTRO, 2014, p. 537), o lazer como espaço de maior liberdade de expressão, de reconhecimento coletivo. Os autores ressaltam a resistência cultural como uma espécie de trampolim para o ativismo político, a resistência cultural como resistência política.

Como afirmam, “os ritos coletivos culturais podem servir justamente ao processo de reencontro de indivíduos, tornados invisíveis, que compartilham histórias comuns, fortalecendo um sentimento de identificação” (SOARES; CASTRO, 2014, p. 540).

Práticas como *funk*, música, capoeira, carnaval, dança e futebol, dentre outros, surgem nesse cenário como importantes à descrição e análise de como esses sujeitos produzem/reproduzem a cultura; de como diferentes identidades são construídas; de como a aprendizagem ocorre em diferentes contextos, já que o acesso dos jovens a essas práticas culturais não se resume ao espaço escolar, como também não se resumem a essa instituição os processos educativos.

Música, roupas, comportamentos configuram-se como formas de afirmação e autonomia (DAYRELL, 2005). Aliás, em meio à diversidade de culturas juvenis, os corpos e suas extensões – cabelos, roupas, bijuterias, maquiagens, adornos etc. – constituem aparências diversas e são elementos de distinção, demarcando identidades individuais e coletivas (DAYRELL; CARRANO, 2014); são sinais de pertencimento a um determinado grupo (DAYRELL, 2005).



PARA REFLETIR

Quais são as práticas culturais praticadas pelos jovens na sua cidade? Considerando que muitas práticas em que os jovens estão envolvidos não têm muita visibilidade, você detectou alguma que não foi referenciada nesse texto?

Por meio das músicas, danças, bebidas, conversas, namoros, bailes, *shows*, festas, jogos de futebol, rodas de capoeira, entre outras práticas e manifestações culturais, os jovens experimentam trocas, encontros, alegrias e prazeres; estabelecem e ampliam redes de relações; ocupam outros espaços da cidade, circulam por ela e se apropriam dos espaços de diferentes formas e em tempos diversos. Exercem o direito à cidade, tantas vezes esquecido nas políticas públicas.

1.5 APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS URBANOS PELOS JOVENS

Quais são os territórios dos jovens? Como eles se apropriam da cidade ou do campo? Como o esporte e o lazer possibilitam a apropriação dos espaços urbanos?

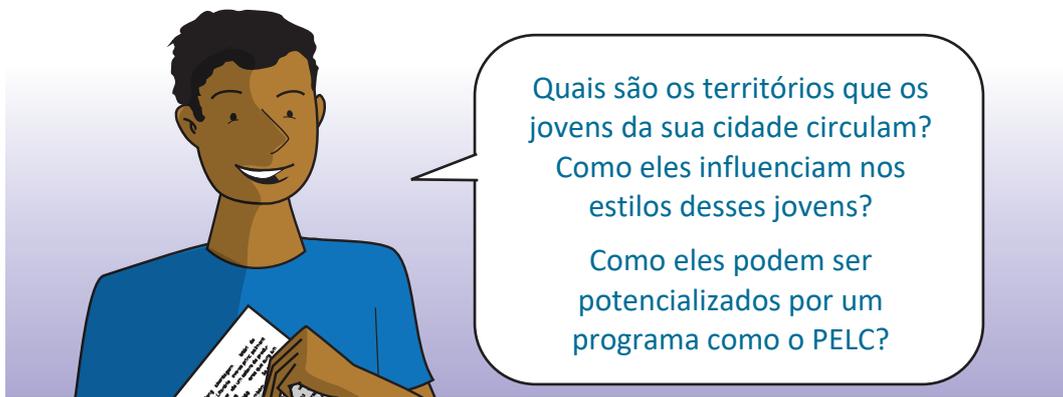
A cidade é um local da diversidade: de sujeitos, de práticas, de condições, de juventudes, de culturas etc. Você já pensou sobre as especificidades e questões locais da região onde você mora?

Território é um conceito que vem sendo utilizado em políticas urbanas, que pensam o direito à cidade. O território é o espaço usado, vivido, com significados atribuídos e produzidos pelos sujeitos através das relações (ALVES; OLIVEIRA, 2014).



MULTIMÍDIA

Assista ao vídeo *Direito à cidade* disponível em: <https://bit.ly/3w8OtkU>.



Uma das características dos jovens é ampliar não só as experiências, como as redes de relações e os territórios (DAYRELL, 2005), sendo o lazer um tempo/espaço muito propício para isso. Ao estudarmos os jovens, devemos considerar os diferentes territórios a que pertencem, circulam, transitam, como a casa, o bairro, a escola, a comunidade, entre outros espaços da cidade como ruas, praças, bares, *shoppings*. Neles, eles criam e estabelecem importantes relações de amizade,

participam de grupos de estilo, criam identidades. Todavia, como mostra Dayrell (2005) ao escrever sobre *rappers* em Belo Horizonte, os jovens criam territórios transitórios. Através de eventos, *shows* e festas por eles realizados em diferentes locais, por meio de um desafio lúdico, eles ocupam e reinventam os espaços, dando outra lógica à cidade fragmentada que os exclui. Isso especialmente à noite e através de práticas de lazer.

Para Soares e Castro (2014, p. 542),

a ampliação das perspectivas de encontros, descoberta de novos territórios e de outras relações através da reconfiguração dos significados dos espaços públicos e coletivos por parte dos jovens através de atividades artístico-culturais é uma possibilidade de resistir ao isolamento físico e simbólico. O quanto o ir e vir pela cidade e as formas de ocupar seus espaços e o estabelecimento de formas de comunicação e interação podem ser, em alguma medida, expressões de resistências destes grupos.

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, por exemplo, podemos citar a reconfiguração da significação de alguns espaços públicos da cidade, como a ocupação da Praça da Estação por banhistas como forma de resistência a restrições de uso dos espaços públicos, um movimento pelo direito à cidade; a apropriação da Esplanada do Mineirão por grupos de *skatistas*, patinadores, entre outros grupos de estilo; a apropriação do Viaduto Santa Tereza transformado em palco onde são realizados duelos musicais de MCs, com letras que abordam temas sociais, entre outros.



PARA REFLETIR

Como é na sua cidade? Você identifica a apropriação de algum espaço pelos jovens? Como ocorre essa apropriação? Quais são os novos significados atribuídos a esses espaços?

Os espaços da cidade e as relações que neles se estabelecem é um tema importante. Recentemente, foi publicado o Guia do Espaço Público, com a pretensão de ajudar gestores, empresas e outras pessoas interessadas a construir espaços públicos melhores, a partir da análise de comportamentos, desejos, apropriações etc. A proposta é proporcionar encontros, sociabilidades, relações intergeracionais etc., especialmente por meio de práticas de lazer.



SAIBA MAIS

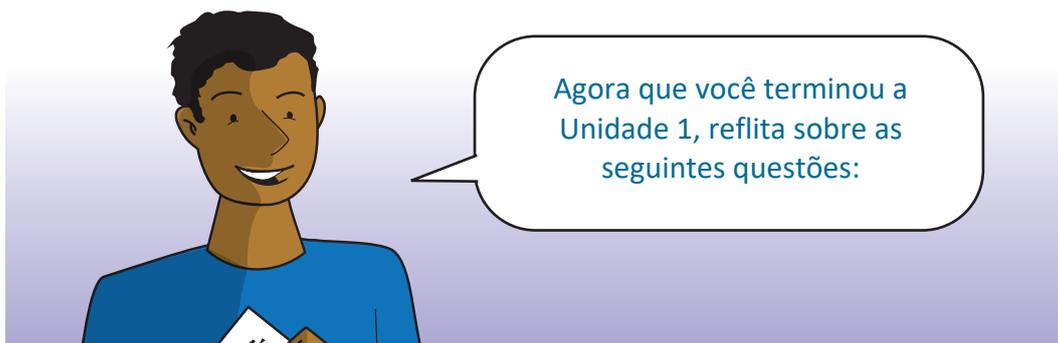
Para saber mais, acesse: <https://bit.ly/3xo0ggA>.

Vários estudos mostram a concentração de equipamentos de lazer em alguns bairros da cidade ou na área central de algumas regiões metropolitanas. Essas condições podem ser determinantes para o acesso ao lazer dos jovens e das pessoas que convivem com eles. Como é na sua região? Jovens de diferentes classes sociais são favorecidos pelos equipamentos existentes?

Segundo Dayrell e Carrano (2014, p. 105), há indicativos que “jovens, em especial os dos setores populares, não são beneficiados por políticas públicas suficientes que lhes garantam acesso a bens materiais e culturais, além de espaços e tempos onde possam vivenciar plenamente essa fase tão importante da vida”. Você já pensou sobre esse tema?

Essa informação é relevante, pois os jovens são sujeitos de direito. O Estatuto da Juventude fala do direito dos jovens aos equipamentos públicos. No âmbito da política pública de esporte e lazer destinada ao jovem, destaca a “oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer” (2013), mas o acesso como podemos observar é ainda insuficiente. Esse é um dos desafios que o PELC pode e deve pensar sobre o direito dos jovens à cidade, a partir do esporte e do lazer.

ATIVIDADE 1



Agora que você terminou a Unidade 1, reflita sobre as seguintes questões:

- Quais as principais representações de juventude que você consegue identificar na sua cidade? Como você percebe ou reconhece os jovens com quem convive?
- Como os jovens são reconhecidos nas práticas juvenis? Qual é a importância do lazer para eles?
- Tendo como referência práticas de esporte e lazer, como é a apropriação dos espaços da sua cidade pelos jovens? Como ocorrem essas apropriações? São atribuídos novos significados para esses espaços? Quais?

SUGESTÃO DE RESPOSTA

Quanto às principais representações, os jovens são geralmente vistos como marginais ou subcidadãos, vulneráveis e violentos. A juventude é considerada uma fase de transição, de passagem, de preparação para a próxima fase da vida, a fase adulta.

Nas diferentes práticas juvenis, que os jovens participam, eles são reconhecidos também por diversas identidades, por exemplo, hoje em dia, ele não é visto mais apenas como um ativista no âmbito político, pois pode ter essa atuação em um local e noutro ter outra forma de atuação. As formas de participação são distintas, sendo o lazer um tempo/espaço de produção de sociabilidades, de construção de identidades positivas e de aprendizagens.

Vários espaços da cidade são ocupados pelos jovens, como a escola, o bairro e a casa. Eles apropriam desses espaços de diferentes formas, uma vez que por eles circulam, transitam, participam de grupos de estilo e criam identidades. Para verificar os novos significados atribuídos, basta olhar para locais que têm um uso diferente para o que foi planejado, como um viaduto que funciona como local de batalha de rap. Olhe para o seu contexto e descubra.



SÍNTESE

Chegamos ao fim desta unidade. Esperamos que você tenha se apropriado de alguns conceitos centrais, como juventude, condição juvenil e práticas juvenis, que nos possibilitam compreender melhor a diversidade dos modos de viver de ser jovem, em diferentes contextos.

Você teve a oportunidade de refletir sobre questões que envolvem os jovens e suas práticas, dialogar com autores que têm esses sujeitos como tema de estudo e verificar como o esporte e o lazer, entre outras tantas práticas culturais experienciadas pelos jovens, se destacam como uma importante dimensão da condição juvenil. Isso porque o esporte e lazer, entre outras ações, possibilitam aos jovens o exercício da autonomia; participar e apropriar dos espaços urbanos; experienciar diferentes formas de sociabilidade.

Não se esqueça de que um dos grandes desafios, ao trabalhar com o público jovem no PELC, é pensar o programa, seus princípios e suas ações, tendo esses sujeitos como centro. E para isso é preciso conhecê-los, compreender o que é ser jovem.

Olá, pessoal!

Nesta unidade, nos interessa abordar o tema juventude, esporte e lazer tendo como fio condutor os aspectos educativos. Duas vertentes serão exploradas nesse sentido: a) as intervenções educativas nas práticas de esporte e lazer dos jovens; b) as potencialidades educativas inerentes às práticas juvenis de esporte e lazer. Na sequência abordaremos alguns princípios de trabalho que podem orientar a atuação/intervenção em esporte e lazer com grupos juvenis. A ideia é propor a discussão de projetos de esporte e lazer com os jovens.

2.1 POR QUE TEMATIZAR A EDUCAÇÃO?

Mas por que é importante abordar o tema da educação em um texto sobre esporte, lazer e juventude? Três argumentos, que fundamentam essa escolha, podem ser aqui apresentados:

- primeiro: a relação entre esporte, lazer e educação é uma aposta feita por estudiosos de diferentes campos temáticos, ou seja, a dimensão educativa, inerente ao esporte e lazer e as possibilidades de educação a partir deles, é alvo de estudos interdisciplinares;
- segundo: o fomento do esporte e do lazer – respaldado, sobretudo, no discurso da ampliação dos contextos de educação de crianças e jovens – é parte das iniciativas de políticas para a juventude no Brasil. Assim, vários programas, que têm o jovem (sobretudo em situação de vulnerabilidade social) como alvo, podem ser citados para mostrar a junção esporte, lazer e educação;
- terceiro: particularmente, interessa-nos assinalar que a educação (sobretudo, na proposição pedagógica da educação popular) é uma diretriz orientadora das intervenções do PELC – que tem como objetivo geral “Democratizar o direito das pessoas brasileiras ao lazer e ao esporte recreativo” (SILVA; GOMES, 2017, p. 17). Em outras palavras, o PELC tem o objetivo de “garantir o acesso às práticas e aos conhecimentos sobre esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros através de *ações educativas* na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário” (MINISTÉRIO DOS ESPORTES, 2013 *apud* SILVA; GOMES, 2017, p. 28). Isso, por si só, já é um indício da necessidade de colocar em debate o tema da educação.



PARA REFLETIR

Você já pensou sobre os discursos educativos implícitos associados ao lazer e juventude? Quais os programas de lazer para os jovens da sua cidade? Eles permitem perceber a relação entre esporte, lazer, juventude e educação?

Antes de dar continuidade a essa discussão é, contudo, importante destacar que a temática esporte, lazer e educação tem sido amplamente tematizada e que se trata de um campo de debate que, por vezes, gera tensões – uma vez que há diferentes concepções de esporte, lazer e educação em disputa por hegemonia.

Para esse debate, porém, vamos propor um desafio alternativo. Assim, vamos problematizar a ideia de esporte, lazer e educação vinculada, exclusivamente, ao modelo de educação escolar. O nosso objetivo aqui é desnaturalizar a difusão da escolarização e seus meios educativos como o único modelo a ser seguido. Na sequência, pretendemos caminhar no sentido da construção de outras maneiras de pensar a educação e, conseqüentemente, de outras formas de lidar com a temática esporte, lazer e juventude. A intenção é abrir caminhos alternativos para lidar com as questões que envolvem essa intercessão: esportes, lazeres, juventudes e educação.

Vamos lá!

2.2 ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE: REFLEXÕES SOBRE O MODELO ESCOLAR DE EDUCAÇÃO

Conforme destacado anteriormente, o esporte e o lazer são alvos de diferentes intervenções educativas no Brasil, sobretudo para os jovens de camadas socioeconômicas menos favorecidas. Como afirmam Carrano e Dayrell (2003, p.14), em muitos programas governamentais destinados a jovens em situação de risco, a “perspectiva compensatória e salvacionista é a tônica da maioria das iniciativas que assumem caráter profilático ou corretivo das possíveis distorções causadas pela imersão desses jovens em contextos de desvantagens sociais”. Esse discurso da utilização do esporte e do lazer (mesmo que seja incapaz de inviabilizar outros usos e apropriações desses contextos pelos jovens) se fundamenta no seu uso como corretivo moral aos “riscos das drogas, do vício e do crime” (CARRANO; DAYRELL, 2003, p. 14).



VOCÊ SABIA?

Segundo Spósito e Carrano (2003), o futebol, por exemplo, é interpretado pelo Ministério e Secretarias de Esportes como uma importante possibilidade de diminuição da violência juvenil nas periferias urbanas – haja vista, inúmeros programas de fomento esportivo. Conforme argumentam os autores, “sob a aparência de democratização social”, o futebol surge no cenário de políticas sociais compensatórias que buscam o redimensionamento das tensões sociais. Trata-se de programas educativos que, via práticas esportivas, buscam socializar a juventude em valores e normas dominantes (socialmente aceitos), no controle do uso do tempo livre que negligencia um conjunto de questões e problemas que envolvem a violência juvenil.

Mas, afinal, que relação haveria entre as práticas juvenis de esporte, lazer fora da escola e da escolarização? Esse tipo de questionamento faz parte do seu cotidiano? Vamos no passo a passo compreender alguns fios dessa relação?

Primeiramente, é importante destacar que a expansão da escola produziu uma naturalização dessa instituição e das relações pedagógicas em nosso contexto sócio-histórico. Dito de outra maneira, o modo de relação social que a escola produziu historicamente – a relação hierárquica mestre/aprendiz – é referência para muitos outros contextos. Nesse texto, nos interessa problematizar isso: a escolarização como a referência para as práticas de esporte e lazer dos jovens fora da escola. Assim, colocaremos foco sobre o impacto da educação escolar sobre as práticas juvenis de esporte e lazer.



SAIBA MAIS

Você conhece o texto “Sobre a história e teoria da forma escolar”, de Vincent, Lahire e Thin (2001)? É um texto emblemático para nossa discussão. Boa leitura!

Não há dúvidas que a escolarização é algo que nos atravessa cotidianamente, que nos constitui e que, portanto, define identidades – até mesmo para quem nunca esteve na escola: alfabetizado, analfabeto. Essa instituição é tão presente (naturalizou-se) em nossa cultura que parece impossível pensar que já houve sociedade sem escola, que a escola (tal como conhecemos hoje) é recente na história da humanidade. Você já pensou sobre isso?

Mas, para que não haja distorções nesse debate, é extremamente necessário destacar que não é objetivo aqui negligenciar a importância do papel social da escola e nem as suas possibilidades de transformação social. Muito menos negar a importância dessa instituição na vida dos jovens brasileiros (que usufruem desses espaços produzindo outros sentidos, como pôde ser visto na Unidade 1. Queremos, de fato, é instigar a realização de outros percursos de reflexão/conhecimento. Afinal, se por um lado, a ampliação do acesso à escola evidencia a conquista de um direito (o direito dos jovens à educação), por outro, é importante destacar:

- primeiro, conforme dito na Unidade 1, a escola tem se deparado com grandes dificuldades para o trato das questões que envolvem os jovens e suas práticas, ou seja, “parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 103). Assim, os “estudantes adolescentes e jovens de hoje têm cada vez mais dificuldades de se adaptar a esse tipo de escola”: que se fundamenta na visão do aluno idealizado, estático na carteira e obediente aos comandos dados pelo professor; em que o jovem aluno deve se engajar em tarefas que são pré-determinadas; que se fundamenta na disciplina e respeito à rotina escolar; em que os tempos e espaços são muito fragmentados, restando poucas possibilidades para reconhecer e incorporar as diversidades juvenis na vida escolar.

Como é possível perceber, nesse tipo de escola (hegemônica) resta pouco espaço reservado para a interação e para o debate em torno de temas que interessam aos jovens, como, por exemplo, a música, a sexualidade, as drogas, o trabalho, os projetos, as práticas culturais, nas quais esses sujeitos se engajam cotidianamente etc. A sociabilidade juvenil, destacada na Unidade 1, é, portanto, pouco valorizada. São “poucos os momentos de encontro e de diálogo proporcionados pela escola que ultrapassem os controles da sala de aula” (LEÃO; CARMO, 2014, p. 25). Esse modelo

de educação (que há tempos vem dando sinais de esgotamento e de inadequação para o trato com os temas e questões juvenis) tem sido amplamente desafiado a se reinventar e a produzir novas formas de relação com os jovens alunos, como condição de sobrevivência. Não devendo, portanto, ser assumido como a referência para as proposições de políticas e de programas juvenis de esporte e lazer (como é o caso do PELC). Quando o debate gira em torno da temática “esporte, lazer e juventude”, talvez seja mais produtivo trilhar percursos que potencializem aquilo que é central para os grupos juvenis e que também se coloca como o cerne do lazer: a dimensão do encontro, da irreverência, da festa, da diversidade, da produção cultural e da sociabilidade.

- segundo, o processo histórico de produção da escola como o lugar de ensino-aprendizagem (sobretudo nos parâmetros das relações assimétricas mestre/aprendiz) produziu o apagamento e/ou a deslegitimação de outros modos de educação/aprendizagem – o que inclui aqueles inerentes aos contextos de práticas juvenis. O crescimento da escolarização trouxe como revés um processo de centralização do conhecimento para a escola, ofuscando dinâmicas de conhecimento inerentes às práticas cotidianas. Conforme visto na Unidade 1, a diversidade de práticas juvenis vivenciadas no âmbito do lazer (esportes, danças, músicas, artes etc.) são importantes contextos de aprendizagens e de produções culturais e políticas – que devem, portanto, ser potencializados nas intervenções voltadas para o esporte e lazer desse grupo.



MULTIMÍDIA

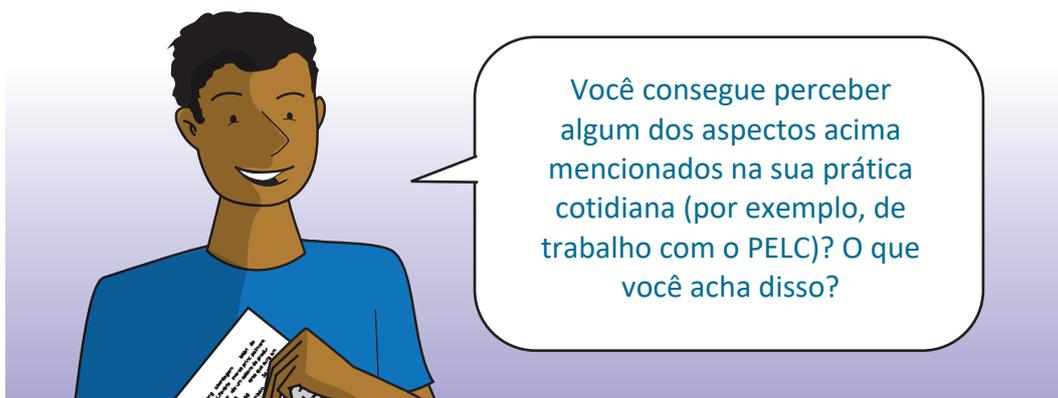
Veja o vídeo sobre a diversidade como um direito dos jovens em: <https://youtu.be/rJwQWYmj80A>.

Mas como podemos perceber os traços do modelo escolar incidindo sobre as práticas juvenis de esporte e lazer? Não é fácil perceber a pregnância desse modelo nos contextos juvenis formalizados para o lazer, pois seus fundamentos permanecem implícitos nas práticas. Contudo, algumas de suas características podem ser elencadas quando consideramos, por exemplo: a) o objetivo da prática; b) o projeto de educação do corpo; c) as relações que fundamentam a prática. Vamos explorar isso?

- a) O objetivo da prática: conforme dito, alguns contextos sociais planejados para as práticas de lazer dos jovens trazem como princípios a produção de um tempo útil e regulado para os jovens. Nesses contextos, o “pano de fundo” (ou motivação) é, então, a retirada desses jovens da rua para preservá-los de influências “frequentemente considerada como nefasta” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 41) e das práticas que podem gerar disposições contrárias à educação proposta pela escola. Mais do que o usufruto do direito ao esporte e ao lazer, esses contextos constituem-se por atividades que buscam criar uma ocupação para os jovens, ao mesmo tempo que a formação. Desse modo, as atividades organizadas objetivam regular e estruturar o tempo das crianças e dos jovens e “tendem a garantir sua ocupação incessante, ocupação cuja função consiste não tanto em enquadrar e vigiar, mas gerar disposições em relação à regularidade, ao respeito pelo “emprego do tempo” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 41);
- b) O projeto de educação do corpo: há contextos em que as atividades juvenis de esporte e lazer carregam as marcas da escolarização na forma como buscam impor “discipli-

na e regras na aquisição de técnicas (...) e tendem a organizar esta aquisição conforme uma progressão programada sob a forma de sequências sucessivas que dão lugar a exercícios repetitivos” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 40). Tais práticas são caracterizadas pelo fato de que tendem a constituir práticas para educar “o corpo”, isto é, não tendo outro fim senão a educação, a formação dos corpos”. Conforme argumentam Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 40), essas atividades passam assim, cada vez mais, a se identificar como a Educação Física ministrada na escola;

- c) As relações que fundamentam a prática: para contextos, tal como acima constituídos, não está previsto espaço para a improvisação e para a experimentação de novas maneiras de ser (o que é característico do lazer e dos jovens). Trata-se de contextos pautados por relações assimétricas de poder (muito semelhante à relação professor/aluno) que podem ser percebidas: a) nas formas de organização dos espaços e das interações com os jovens, por exemplo, quando eles são convocados a permanecer sentados para ouvir as instruções e a seguir as orientações e regras previamente construídas; b) no domínio das situações de fala pelo adulto (quando é apenas o adulto que propõe, explica e avalia as práticas juvenis de esporte e lazer); c) na imposição das regras de comportamento e disciplina; d) na determinação hierárquica do conteúdo da prática (quando os jovens precisam se adequar ao planejamento pré-estabelecido).



Antes de encerrar esse ponto de discussão, é importante destacar que os jovens se apropriam dos contextos de esporte e lazer, assim constituídos, criando outras alternativas para as práticas (criam tensões nesses contextos invertendo, muitas vezes, suas lógicas). Contudo, o potencial inerente às práticas de lazer (ou seja, as possibilidades de efetivação do lúdico, de criação, da produção cultural etc.) permanece ofuscado. Em contextos assim constituídos, também, permanecem opacos os sujeitos para os quais se direciona a política pública de esporte e lazer: os jovens.

Produzindo uma síntese alternativa, podemos assinalar, então, algo que parece central para se planejar as intervenções de esporte e lazer dos jovens: a atenção e o cuidado que se deve ter para que os contextos juvenis de acesso ao esporte e ao lazer não se tornem apêndices da escola (com os limites que essa instituição historicamente tem apresentado na interação com os jovens). Constitui-se como *desafio* para as sociedades escolarizadas como a nossa, portanto, pensar o lazer, esporte e juventude e, ao mesmo tempo, escapar das lógicas culturais que negam o jovem como sujeito do presente e como produtor de cultura/conhecimento. É possível considerar esse como um desafio importante para o PELC? O que você acha?

2.3 REFLEXÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO

Mas por que eleger a participação como tema de debate? O que você acha desse tema? Sinalizar que o PELC tem como objetivo central a democratização do “direito das pessoas brasileiras ao lazer e ao esporte recreativo” – e que um dos seus objetivos específicos é: “estimular a gestão participativa entre os sujeitos locais direta e indiretamente envolvidos com o PELC, possibilitando que a organização das atividades seja gerida com a participação de diferentes atores, compartilhando a responsabilidade do programa entre todos” (SILVA; GOMES, 2017, p. 18) – por si só, já garante a importância desse debate. Contudo, outros aspectos nos permitem explorar a noção de participação como elemento fundamental para o debate sobre a temática esporte, lazer e juventude. Elegeremos aqui, portanto, a ideia de participação de mais duas maneiras: a) Participação como característica das juventudes; b) Participação cultural dos jovens como modo de aprendizagem no âmbito do esporte e lazer. Iniciaremos, conforme a ordem, apresentando alguns elementos sobre a participação como característica das juventudes.



PARA REFLETIR

O que você sabe sobre a temática esporte, juventude e participação?

2.3.1 Sobre a centralidade da participação na cena juvenil

A centralidade da participação na cena juvenil demarca essa noção como importante para o trato com esses sujeitos não só âmbito do esporte e do lazer. Afinal, juventude e participação tem sido pauta de debate para se discutir as diferentes cenas em que esses sujeitos se projetam.

Como afirmam Dayrell e Carrano (2014, p. 121) “a noção de participação é ampla e diversa”. Assim, em um sentido amplo, participação remeteria à ideia de “adesão das pessoas em agrupamentos produzidos nas variadas dimensões de organização da sociedade”. No sentido restrito, participação está relacionada à “presença ativa dos cidadãos nos processos decisórios das sociedades”. Para os autores, “os espaços e tempos de participação podem promover a educação para a vida pública” e que “a experiência participativa é, por sua própria natureza, uma experiência educativa e formativa”. Essa “experiência participativa representa uma das formas de os jovens vivenciarem processos de construção de pautas, projetos e ações coletivas”, mas também de valores e de constituição de distintas aprendizagens (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 121).

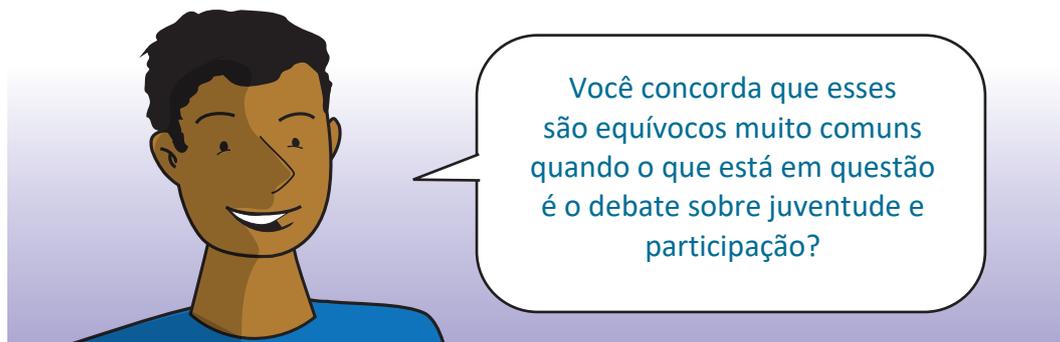


MULTIMÍDIA

Veja o vídeo *Nove e meia*, disponível em: <https://youtu.be/Zx3CrgLVy6Q>.

Mas falar de participação juvenil tendo como referência às grandes projeções midiáticas pode nos levar a certos equívocos, por exemplo: a) de associar a participação juvenil à violência (como muitas vezes ocorre nos confrontos entre torcidas organizadas de futebol e, também, como ocorreu nas repercussões das manifestações de 2013 na mídia – ocasião em que os conflitos é que ganharam foco – etc.); b) de vincular a ideia de participação juvenil apenas à participação política (e, nesse caso, tenderíamos a concluir que está havendo um declínio da participação dos jovens).

Outro equívoco é supor que as práticas juvenis se constituem numa ilha, ou seja, que os jovens participam de práticas que podem ser destacadas da cena social mais ampla. Todavia, a participação juvenil é sempre uma negociação de sentido/significados para as práticas, de projetos de mundo, que se efetiva na relação com as outras gerações (intergeracional) e com a *diversidade* dentre esses próprios sujeitos (jovens que são atravessados por questões que envolve gênero, etnia, classe social etc.).



Você concorda que esses são equívocos muito comuns quando o que está em questão é o debate sobre juventude e participação?

A noção de participação juvenil está a exigir, portanto, outro tipo de exercício de conhecimento com e sobre os jovens. Um exercício que se fundamenta na aproximação. E é o mergulho no cotidiano que vai permitir melhor observar que a participação é uma característica que deve ser considerada quando o tema é a juventude. Seja nos contextos urbanos ou rurais, esses sujeitos tomam a cena na produção de múltiplas práticas (tradicional, artísticas, esportivas, religiosas, musicais etc.) – práticas constituídas por lógicas diversas e nas quais os jovens se engajam em diferentes maneiras. Nesse cenário, a participação no lazer tem significado central:

- a) lazer como contexto do encontro, da sociabilidade, das trocas entre pares, da diversidade, da festa, do lúdico, da formação e da crítica social – elementos intrínsecos à concepção de lazer como dimensão da cultura (GOMES, 2014);
- b) lazer como contexto de acesso, fruição e produção da cultura (no sentido antropológico). Aqui a importância do lazer – a sua dimensão irreverente e inovadora – está, diretamente, ligada à sua capacidade de possibilitar e/ou de dar suporte para a efetivação de práticas e dinâmicas juvenis marginalizadas ou excluídas de outros contextos, por exemplo: os diferentes estilos de músicas, de modalidades esportivas, de jogos, de danças etc.



SAIBA MAIS

Para saber mais sobre esse conceito antropológico de cultura, leia *Cultura: um conceito antropológico*, de Laraia (2003).



PARA REFLETIR

Até aqui buscamos descrever a participação como princípio fundamental do PELC e como é elemento central para se pensar as dinâmicas juvenis. A partir disso, reflita: Que práticas juvenis que você observa na sua cidade? Quais as diferentes formas de participação dos jovens nas práticas? Qual o significado da participação para esses sujeitos?

2.3.2 Sobre a participação juvenil como educação/aprendizagem

A segunda maneira de lidar com a temática da participação juvenil no esporte e lazer decorre da anterior: dessa compreensão de que a participação tem centralidade na vida dos jovens. Assumiremos aqui, desse modo, o desafio de produzir um esboço inicial sobre a ideia da participação dos jovens nas práticas cotidianas de esporte e lazer como modo de aprendizagem. Não é possível fazer isso sem antes sinalizar uma compreensão importante: adotaremos aqui a noção do aprender como processo vital (MATURANA, 2005) e que ocorre em todos os momentos da vida (não só para um determinado grupo etário, nem somente nas situações formais de ensino e/ou em práticas de esporte e lazer programadas para tal fim). Nessa noção, o foco recai sobre o “aprender”. Desloca-se, portanto, do indivíduo (como aprendiz que precisa ser formalmente ensinado) para a participação no mundo social. Você já parou para pensar sobre a concepção de aprendizagem que fundamenta a sua prática?

Amplamente escolarizada, a compreensão hegemônica de aprendizagem da nossa sociedade é a que coloca ênfase sobre a transmissão/ensino. No âmbito da Educação, essa visão pode ser percebida no uso dos termos ensino-aprendizagem como indissociáveis e/ou como sinônimos. Essa indissociabilidade da noção de ensino-aprendizagem no âmbito das ciências sociais, da educação e da antropologia é problematizada por Wolcott (1982). Segundo o autor, é possível observar implicações disso, por exemplo, no caso da antropologia, quando alguns antropólogos “parecem equiparar transmissão de cultura, particularmente a que ocorre com esforços conscientes dentro de uma sociedade, com aprendizagem de cultura” (WOLCOTT, 1982, p. 83). Assim, percebe-se nesse campo um “maior interesse em informar as tentativas para transmissão da cultura, subestimando aquilo que os aprendizes aprendem, ou seja, há uma maior ênfase no processo de ensino/transmissão comparado ao da aprendizagem”. Entendendo que a aprendizagem não pode ser explicada fora do contexto cultural em que ela ocorre e que ela é “essencialmente um processo de ativa redescoberta”, Wolcott (1982, p. 104) acrescenta que a aprendizagem escolar tem recebido atenção considerável, sendo importante dar relevo às aprendizagens que ocorrem em lugares naturais ou contextos culturais mais amplos: como é o caso do esporte e do lazer, por exemplo.

Os argumentos que nos permitem fundamentar a ideia de aprender como inerente à participação cotidiana são propostos, sobretudo, por Jean Lave. Como mostra a autora, as teorias clássicas da aprendizagem são, em maioria, sobre processos psicológicos dos indivíduos que levam à aquisição do conhecimento tipicamente estruturados como: “(1) transmissão (treino, ensino, inculcação) que leva para (2) entrada, estoque na memória, internalização do que é transmitido, seguindo (3) recuperação e transferência para a solução de problemas em novas situações” (LAVE, 1999, p. 3). Problematizando os limites dessas explicações convencionais (intelectualistas) que percebem a “aprendizagem como um processo pelo qual o aprendiz internaliza o conhecimento já descoberto, transmitido por outros, ou experimentado na interação com os outros” (LAVE; WENGER, 1991, p. 47), e afirmando que o caráter social da aprendizagem tem sido ignorado,

Lave (1993) desloca a aprendizagem do indivíduo e a situa no processo de participação no mundo social. Essa noção de aprendizagem permite compreender que o aprender é parte da vida (ou seja, que nas práticas, portanto, as pessoas que participam estão sempre aprendendo alguma coisa) e que é inerente, também, às práticas de esporte e lazer. A prática é, desse modo, tomada como contexto de aprendizagem.



SAIBA MAIS

Para saber mais leia, o livro *Situated learning: legitimate peripheral participation*, de Lave e Wenger (1991), que toma como foco o relacionamento entre aprendizagem e as situações sociais nas quais ocorre.

Em oposição à noção de internalização da cultura, a ideia de aprendizagem como participação lida com a circularidade entre a constituição da pessoa (do jovem) e do mundo. Assim, os jovens se constituem na prática/cultura e, ao mesmo tempo, constituem a prática/cultura. É difícil entender isso? Então, vamos enunciar de outra maneira: a cultura não é um dado inerte da realidade que se impõe/transpõe para as pessoas, ela é um exercício. No exercício de participação cultural, o jovem constitui a si mesmo (constituição dos corpos, das identidades, dos significados, das emoções, das relações etc.) e constitui as práticas/culturas das quais participa num permanente diálogo. Ambos são mutantes. Afinal, as condições de realização das práticas culturais nunca são as mesmas de um momento para o outro, elas não se repetem (INGOLD, 2000).

Mas por que essa noção de participação como aprendizagem é importante quando se aborda o tema esporte, lazer e juventude? Qual a importância desse debate para o PELC? Porque as aprendizagens que decorrem da participação dos jovens nas práticas cotidianas são invisíveis e permanecem silenciadas como modo de educação. Contudo, as práticas juvenis de esportes, passando pelas danças, pelas práticas tradicionais, dentre outras manifestações culturais em que o lazer é a referência para a produção do sentido/significado, podemos observar processos de aprendizagem (entre pares) que lhes são inerentes (LAVE, 1993, 1999). Essas são reflexões que fazem parte do seu cotidiano? No engajamento das práticas juvenis cotidianas, esses sujeitos estão sempre aprendendo, mesmo quando o objetivo da participação não é a aprendizagem. Esse é um aspecto da prática cotidiana que precisa ser considerado quando se discute juventude e educação.

Ao explorar o tema da participação juvenil, Oliveira e Hermont (2014, p. 18) afirmam que os espaços de participação criados pelos jovens “expressam tendências atuais da dinâmica de produção de autonomia pela juventude, de ampliação e (re)significação do fazer político, de invenção de novas formas de organização”. Constituídas por relações mais horizontais (o que não significa ausência de relações de poder e hierarquias), nesses contextos de lazer haveria mais tempo e espaço para que os jovens pudessem explorar e experimentar a cultura.

Antes de encerrar esse item, entretanto, dois alertas fundamentais devem ser feitos: O primeiro, é que participação e exclusão são duas faces da mesma moeda. Jovens que participam das diferentes práticas culturais de esporte e lazer são tencionados/instigados a aprender e negociam cotidianamente a participação. Afinal, se o aprender é condição para a permanência/inclusão na prática, a exclusão é a sua outra face (e em ambos os casos sempre se aprende algo).



SAIBA MAIS

A tese sobre aprendizagem do futebol de Faria (2008), *A aprendizagem da e na prática social: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte*, é um exemplo de como o aprender faz parte das negociações cotidianas da participação na prática.

O segundo elemento a ser considerado nesse debate, é o fato de que a participação não se dá fora das relações sociais concretas. A participação nas práticas juvenis de esporte e lazer sofre influências dos meios de comunicação de massa, das lógicas do consumo e competição etc. A participação não se dá, portanto, sem contradições, conflitos e tensões – elementos que são inerentes à qualquer prática social.



SAIBA MAIS

A ambiguidade das práticas culturais de lazer é explorada no livro *Lazer e diversidade cultural*, de Gomes e Faria (2005).

Mas afirmar isso significa assumir que o lazer está fadado à condição permanente de reprodução cultural? Apresentaremos dois caminhos de argumentação que podem ser explorados na direção contrária dessa afirmação:

- primeiro: ao abordar as diferenças nas formas de atuação/participação dos jovens da atualidade e dos da década de 60 (considerados ativos politicamente), por exemplo, Spósito (2006, p. 230) argumenta que “as lutas de gerações de jovens estudantes da década de 1960 foram profundamente marcadas por uma concepção de futuro (...) a ser alcançada após forte ruptura com a velha ordem”. Para a autora, por outro lado, atualmente “ocorre o desenvolvimento de formas múltiplas de participação” em que o jovem “interage em vários grupos sem uma adesão integral e total a apenas um, embora seja possível identificar uma forma de pertencimento que se torna às vezes dominante”. Tais “práticas configuram o que alguns autores têm estudado como formas novas de engajamento político e social em oposição a ideia de uma militância total” (SPÓSITO, 2006, p. 233).

Tomando como exemplo o caso da inserção dos jovens na música, Spósito (2006, p. 219) afirma que é inquestionável a “motivação dos jovens em relação a temas culturais (manifestações protagonizadas por punks, clubbers, roqueiros, rappers, adeptos do reggae, funkeiros, entre outras) em oposição ao seu afastamento das formas tradicionais de participação política”. Assim, “alguns grupos não se limitam aos aspectos centrais de sua atividade” (por exemplo, ligados a música e/ou arte), “mas também se dedicam aos trabalhos comunitários, envolvendo locais de moradia em interlocução com alguns segmentos organizados da sociedade civil”. Desse modo, “o momento da produção (...) recria as possibilidades de entrada no circuito de trocas culturais para além da figura do espectador passivo”. Essas práticas juvenis inscrevem aspectos importantes de *autonomia* (aspecto que, mais à frente, também ganha força como princípio de trabalho com os jovens) e reflexão:

- seja porque possuem forte caráter de denúncia (por exemplo, as letras denunciam questões de desigualdade social, exclusão etc.);

- seja porque propõem pautas alternativas (com interpretações alternativas dos veículos de comunicação de massa);
- seja porque reverterem a lógica da concepção do jovem como sujeito do futuro (por exemplo, no engajamento em ações de caráter voluntário, os jovens “resgatam o presente como momento fundamental capaz de articular projetos e utopias de novas relações” (SPÓSITO, 2006, p. 230);
- segundo: a outra resposta à questão acima mencionada vai depender da concepção de sujeito (os jovens), de cultura, mas também de aprendizagem. Se o entendimento das práticas juvenis de lazer estiver pautado na noção de jovem como projeto futuro (tábula rasa), na noção elitizada/ilustrada de cultura (quando é possível classificar aqueles que tem e aqueles que não tem cultura ou uma cultura mais evoluída que a outra) e na noção de aprendizagem como transferência/transmissão do conhecimento eleito, a resposta a esta pergunta, inevitavelmente, seria sim. Nesse caso, nas práticas juvenis de lazer nada mais haveria do que reprodução cultural.

Mas, se apostamos em outras formas de compreensão desses termos, podemos trilhar outros caminhos. Retomando o que foi descrito anteriormente, apostamos: na compreensão de que os jovens são participantes ativos da cultura; na concepção antropológica de cultura, quando não há hierarquias entre as diferentes culturas; no aprender como constitutivo da vida, como parte do exercício cotidiano de participação no mundo. Essas noções são fundamentais para que seja possível:

- reconsiderar o jovem como sujeito e para reconhecer aquilo que a juventude tem demandado das gerações mais velhas: o seu direito ao protagonismo, o direito de viver o presente, o direito de colocar suas posições para o diálogo etc.;
- reconhecer o jovem como sujeito de conhecimento e de produção da cultura (e não como mero receptor passivo da indústria cultural).

É preciso, contudo, reafirmar que não se está propondo que os jovens sejam deixados à sua própria sorte (ou seja, no isolamento, sem a interlocução com os adultos, os educadores e/ou com os diferentes agentes que lidam com esses grupos). Isso seria em si um gesto de covardia das gerações mais experientes. Talvez o exercício (e também o desafio) mais importante para aqueles que lidam com os jovens seja o de reposicioná-los (bem como as suas práticas) no diálogo – colocando-os no lugar de interlocutores legítimos nos contextos de participação no esporte e no lazer.

A produção de um olhar sobre as práticas juvenis como contextos de participação/aprendizagem pode favorecer a construção de outras maneiras de lidar com os jovens e provocar a construção de novas formas de compreensão do lazer, juventude, corpo, cultura e educação. Esse pode ser um importante desafio a ser considerado pelos agentes culturais e formadores do PELC.

2.4 PRODUZINDO PROJETOS DE ESPORTE E LAZER COM OS JOVENS

Estamos chegamos ao final de um percurso intenso de debates sobre o tema “esporte, lazer e juventude”. É necessário ressaltar que discutimos aspectos importantes sobre essa temática colocando foco sobre os sujeitos: os jovens. Antes de encerrar, contudo, não podemos deixar de retomar alguns princípios básicos para o trabalho. Não se trata, entretanto, da apresentação de uma proposta fechada – o que feriria todo o argumento até aqui construído. Nossa intenção é sintetizar os princípios que atravessaram os debates da Unidade I e da Unidade II e que podem ser retomados como referências fundamentais da prática de esporte e lazer juvenil no PELC.



“O PELC foi criado com o objetivo principal de democratizar o direito das pessoas brasileiras ao lazer e ao esporte recreativo”. Assim, antes de mais nada, é importante afirmar que a construção de princípios deve estar vinculada às suas diretrizes pedagógicas: trabalho coletivo, auto-organização comunitária, intergeracionalidade, fomento e difusão da cultura local, respeito à diversidade, intersetorialidade, municipalização (SILVA; GOMES, 2017, p. 9).

Tendo como referência essas diretrizes, podemos elencar um conjunto amplo de princípios importantes para a ação no campo do esporte, lazer e juventude. Princípios esses que são fundamentais para se estabelecer relações com esses sujeitos em qualquer âmbito da prática social, quais sejam: alteridade, participação, inclusão, autonomia, cooperação, ludicidade, direito, acesso, diversidade, solidariedade etc.

Sem desconsiderar a importância de cada um deles, pretendemos fazer um exercício de foco colocando em destaque aqueles aos quais o leitor já teve acesso no decorrer da Unidade 1 e da Unidade 2: *diversidade, participação e autonomia*. Esses são princípios que consideramos centrais para a atuação com esses sujeitos/juvenis – sobretudo, quando se pretende lidar com o esporte e lazer como direito, quando se pretende produzir propostas de esporte e lazer *com* os jovens.



PARA REFLETIR

Mas afinal, o que significa adotar a diversidade, participação e autonomia como princípios para as ações de esporte e lazer com os jovens? Você já pensou sobre isso?

Estamos vivendo um tempo em que a diversidade, participação e autonomia ganharam destaque nos diferentes discursos: políticos, educacionais, culturais etc. Mas, se esses princípios podem facilmente integrar os diferentes discursos (o que acontece quase de maneira automática) esses são difíceis de transpor em ações. Produzir práticas de esporte e lazer com os jovens tendo a diversidade, participação e autonomia como princípio básico é um grande desafio. Afinal, eles trazem implícito: o direito à diferença (e à humanidade que há em nós) e à alteridade; a garantia do tempo presente como tempo legítimo de participação social; e, também, uma grande aposta na produção de práticas juvenis de esporte e lazer a partir de relações horizontais.

Assim, não basta assumir a juventude como plural (juventudes), se ainda pensamos os jovens, com os quais relacionamos, como um grupo fechado e pautamos as nossas ações em práticas homogêneas. Não basta, também, assumir a diversidade, a participação e a autonomia como princípios se ainda tendemos a concentrar em nós mesmos o direito de pensar e agir sobre o

mundo. Colocar esses princípios como fundamento das relações e ações com os jovens exige uma mudança de perspectiva. Tais princípios estão a exigir não a construção de proposta de esporte e lazer para os jovens, mas a permanente construção *com* esses sujeitos.

A efetivação de tais princípios está, desse modo, diretamente relacionada à ampla participação dos jovens (de diferentes formas) nos contextos de produção do esporte e do lazer. Mas, também, o entendimento de que esses sujeitos cotidianamente aprendem (não apenas na escola), de que eles são sujeitos de conhecimentos e de saberes que podem ser distintos, jamais inferiores. A consideração desses aspectos pode nos levar a investir na vivência do esporte e do lazer como partilha (onde todos os envolvidos participam e aprendem). Você já experimentou esse desafio junto aos jovens do seu cotidiano?

Esse movimento (longe de ser um exercício de acomodação dos adultos que lidam com os jovens) é um importante exercício de deslocamento nas relações de poder. O que se almeja é a construção de relações horizontais de corresponsabilidade com os jovens. Isso requer, portanto, investimento em estudos sobre os jovens e suas práticas, bem como sobre as suas diferentes formas de participação no esporte e no lazer. Essa parece ser condição fundamental para que o lazer possa ser revitalizado como espaço/tempo educativo, de formação dos sujeitos, bem como da cultura.

Nessa cena, temos (os adultos) um papel importantíssimo como mediadores. Elencamos abaixo algumas ações essenciais para a efetivação de um caminho de produção de práticas de esporte e lazer *com* os jovens no PELC:

1. investir no entendimento dos processos de educação dos jovens: buscar compreender os distintos modos, os quais os jovens se constituem/aprendem (entre pares) ao participarem das práticas cotidianas de esporte e lazer (Como aprendem? O que aprendem?);
2. investir na produção de conhecimentos sobre os jovens e suas práticas: ter atenção para os jovens, suas singularidades, seus interesses, desejos, formas de organização, dilemas, diversidade de práticas etc.;
3. desnaturalizar a ideia de jovens como sujeitos do futuro;
4. potencializar as ações dos jovens: incentivar a participação dos jovens em práticas cotidianas juvenis locais de esporte e lazer; estabelecer possibilidades para que eles possam experimentar a construção de projetos e de múltiplas práticas de esporte e lazer;
5. potencializar o diálogo: estabelecer uma parceria com os jovens na produção do esporte e do lazer; dar espaço e acolher novas maneiras de ser e de pensar o mundo (o que é fundamental à produção da crítica cultural e à constituição da autonomia desses sujeitos);
6. fortalecer as relações entre pares: favorecer à produção dos processos e das relações intergeracionais;
7. mediar as práticas juvenis de esporte e lazer: os adultos/agentes sociais devem assumir posições de mediadores ou coparticipantes nas práticas juvenis de esporte e lazer (podendo, inclusive, aprender novas práticas e visões de mundo no diálogo com os sujeitos juvenis).

Por fim, queremos reafirmar que as reflexões apresentadas apontam alguns desafios para o trato com o esporte e o lazer para os grupos juvenis, sobretudo, quando se perspectiva à afirmação desse contexto como de produção, de construção coletiva e de reinvenção da cultura. As possibilidades

encontram-se, portanto, atreladas ao nosso compromisso com o esporte e o lazer como espaço/tempo social de direito, não só dos jovens. Em síntese, é importante demarcar que a intervenção no esporte e lazer deve apontar para a construção de espaços/tempos de produção (*com os jovens*) de uma sociedade cada vez mais humana e inclusiva – sociedade da qual também eles são protagonistas.

ATIVIDADE 2

Estamos chegando ao final do nosso curso e você, certamente, já dispõe de um conjunto de reflexões sobre o tema esporte, lazer e juventude. Tomando como referência o debate sobre a centralidade da participação cultural para os jovens, pesquise no seu bairro (ou cidade): a) os programas/projetos de esporte e lazer para os jovens; b) as práticas das quais os jovens são protagonistas (em ruas, praças, campos etc.).

Faça o registro dessas práticas juvenis e, em seguida, em diálogo com o texto, faça uma reflexão sobre um dos princípios que colocamos em destaque na Unidade 2: diversidade, participação e autonomia. Bom trabalho!

SUGESTÃO DE RESPOSTA

- a) Projeto Esporte Esperança / Segundo Tempo – Bairro Universitário: O Esporte Esperança/ Segundo Tempo é um programa social desenvolvido pela Secretaria Municipal Adjunta de Esportes (SMAES) da PBH, em parceria com as “Secretarias Municipais da Coordenação das Gestões Regionais (SCOMGER’s)” e o Ministério do Esporte. Responsável pela implementação de políticas públicas de esporte e lazer destinadas ao público infanto-juvenil, suas principais ações são: escolinhas de esportes, eventos, apoio, cursos de capacitação e ciclo de palestras. Trata-se de um programa gratuito que tem como objetivo o desenvolvimento pessoal, social, técnico e cognitivo da criança e do adolescente (de 07 a 17 anos) em escolinhas de esportes (Futebol de campo, Futebol de Areia, Handebol, Voleibol, Basquetebol, Futsal, Jogos e Brincadeiras). O Programa Esporte Esperança planeja, coordena, executa, supervisiona e avalia políticas públicas de esporte e lazer para cerca de 8.000 crianças e adolescentes em Belo Horizonte. O trabalho é desenvolvido em 50 núcleos de esporte de diversas modalidades distribuídos nas nove regionais da cidade — localizados estrategicamente em “áreas de grande vulnerabilidade social onde está concentrada a parcela da população menos favorecida economicamente e mais suscetível a violência e ação do tráfico de drogas”. (conf. “Breve Histórico: Programa Esporte Esperança/Segundo Tempo — SMES/ BH, 2008, mimeog). Um dos núcleos do projeto está localizado no bairro Universitário – que desenvolve práticas futebolísticas para jovens de diferentes idades no campo do Racing.
- b) No bairro Universitário, os jovens são protagonistas de práticas de futebol no Projeto Esperança / Segundo Tempo (que acontece no campo do Racing), mas também nas ruas pouco movimentadas, no campo de futebol do Racing, na praça esportiva e na escola (aberta para a comunidade aos finais de semana). Embora a prática do futebol seja hegemônica nos espaços públicos do bairro, no cotidiano há, também, outras atividades juvenis contrastando esse cenário, tais como: vôlei, basquete e práticas culturais artísticas (violão, dança etc.). Um dos princípios que ganha destaque nas práticas juvenis de futebol do Bairro Universitário é o da *diversidade*. As práticas juvenis no bairro acolhem jovens de diferentes idades, condições sócio econômicas, religiões e com diversidade étnico-raciais. É importante ressaltar que os jovens que participam do futebol no bairro possuem: a) diferentes entradas nessa prática (ou seja, participam do futebol de diferentes maneiras: como jogador, torcedor etc.); b) diferentes projetos de vida: sendo que para alguns a profissionalização no futebol é o maior projeto; c) diferentes formas de investimento cotidiano na prática do futebol; d) diferentes modos de jogar futebol (são futebóis). O futebol é, portanto, para esses sujeitos, um espaço de compartilhamento dessas diferenças e um espaço de sociabilidade juvenil no bairro. É importante sinalizar, entretanto, que a diversidade de gênero constitui um dos limites das práticas de futebol no bairro Universitário. Conforme ocorrem em grande parte do futebol no Brasil, nesse contexto, as mulheres são excluídas. O futebol, na sua diversidade de sujeitos e usos, não é contexto de participação de mulheres. Assim, permanece como espaço de constituição de masculinidades. Outro elemento que coloca em destaque o princípio da diversidade é o fato de que há outras práticas de lazer em torno do futebol: festa, torneios, jogos, dança, encontros etc. Todos esses aspectos nos permitem reafirmar que os contextos de lazer no bairro Universitário se constituem de diversidade.



SÍNTESE

Estamos terminando mais uma unidade e gostaríamos de convidá-lo a rever as principais ideias aqui esboçadas. Na Unidade 2, abordamos o tema juventude, esporte e lazer tendo como fio condutor os aspectos educativos. Nesse sentido, exploramos as intervenções educativas nas práticas de esporte e lazer dos jovens, bem como as potencialidades educativas inerentes às práticas juvenis de esporte e lazer. Para realizar esse debate, destacamos, uma posição crítica acerca da utilização do modelo escolar nas interações com os jovens no esporte e lazer. Na sequência, buscamos construir caminhos alternativos para lidar com as questões que envolvem a intercessão: esportes, lazeres, juventudes e educação.

Para refletir sobre esporte, lazer, educação e juventude, colocamos em pauta a centralidade da *participação* juvenil e a noção de participação dos jovens no esporte e lazer como modo de educação e de produção cultural. Na sequência, abordamos alguns princípios de trabalho que podem orientar a atuação/intervenção em esporte e lazer com grupos juvenis (no PELC), dando destaque aos princípios da diversidade, participação e autonomia. Por fim, apresentamos a proposição de produção de projetos de esporte e lazer *com* os jovens.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude. *Revista Brasileira de Educação*, número especial, p. 25-36, 1997.
- ALVES, M. Z.; OLIVEIRA, I. Juventudes e territórios: o campo e a cidade. In: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; LINHARES, C. (org.). *Cadernos temáticos: juventude brasileira e ensino médio*. Belo Horizonte: EFMG, 2014.
- ANDRADE, E. R. Juventude, exclusão e educação. In: REUNIÃO ANPED, 23., 2000, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPED, 2000.
- ARROYO, M. G. Repensar o ensino médio: por quê? In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (org.). *Juventude e ensino médio: diálogos, sujeitos, currículos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 53-73.
- BARBOSA, F. Os jovens brasileiros e suas práticas culturais: entre universalismo e singularidades. In: SILVA, E. R. A da; BOTELHO, R. U. (org.). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. p. 221-266.
- BONALUME, C. R. et al. O Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: PINTO, L. M. S. de M. et al. (org.). *Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério dos Esportes, 2011. p. 63-69.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3xfwBGG>. Acesso em: 24 fev. 2016.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Agenda juventude Brasil: Quem são... Como vivem... O que pensam e propõem os jovens brasileiros*. Pesquisa nacional sobre o perfil e a opinião de jovens brasileiros, 2013. Relatório Preliminar. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014a. Disponível em: <https://bit.ly/3hsuQiu>. Acesso em: 4 abr. 2016.
- BRASIL. Ministério do Esporte. SNELIS. CGEPEL. *Proposta de formação dos Programas PELC, Vida Saudável e PELC para povos indígenas e comunidades tradicionais*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- CAMARANO, A. A (org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Iepa, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3qDZcTv>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- CAMPOS, A. G.; PHINTENER, M. de J. Tempos sociais de jovens no Brasil urbano. In: SILVA, E. R. A da; BOTELHO, R. U. (org.). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. p. 123-149.
- CARRANO, P. C. R.; DAYRELL, J. T. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. 2003. Mimeografado.
- CARRANO, P. Juventudes: as identidades são múltiplas. *Movimento: Revista de Educação*, n. 1, maio 2000.
- CARRANO, P. *Nós da educação*. YouTube, 2014. Disponível em: <https://youtu.be/0teZvetRr2w>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.
- DAYRELL, J. *A música entra em cena: o funk e o rap na socialização da juventude em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- DAYRELL, J. Apresentação da série *Juventude e Escolarização: os Sentidos do Ensino Médio*. *Juventude e Escolarização: os Sentidos do Ensino Médio*, ano XIX, boletim 18, p. 4-11, nov. 2009.
- DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (org.). *Juventude e ensino médio: diálogos, sujeitos, currículos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 101-133.

- EWERTON, A. N.; ARAÚJO, L. R. M. O funcionamento de núcleos do PELC. In: PINTO, L. M. S. de M. *et al.* (org.). *Brincar, jogar, viver: lazer e intersetorialidade como o PELC*. Brasília: Ministério dos Esportes, 2011. p. 94-110.
- FARIA, E. L. *A aprendizagem da e na prática social: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte*. 2008. 229 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L. *Lazer e diversidade cultural*. Brasília: SESI/DN, 2005.
- GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L. Etnografia e aprendizagem na prática: explorando caminhos a partir do futebol no Brasil. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. especial, p. 1213-1228, dez. 2015.
- GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 1, p. 3-20, 2014.
- INGOLD, T. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Cidadania, 2007. p. 89-114.
- KUBOTA, L. C. *et al.* Uso de tecnologias da informação e comunicação pelos jovens brasileiros. In: SILVA, E. R. A. da; BOTELHO, R. U. (org.). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. p. 199-219.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LAVE, J. The politics of learning in everyday life. In: INTERDISCIPLINARY COMMITTEE ON ORGANIZATIONAL STUDIES (ICOS) SEMINAR. Michigan, 1999.
- LAVE, J. The practice of learning. In: CHAIKLIN, S.; LAVE, J. *Understanding practice: perspectives on activity and context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.
- LEÃO, G.; CARMO, H. C. do. Os jovens e a escola. In: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; LINHARES, C. (org.). *Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- LOVISOLO, H. Em defesa do modelo JUBESA (juventude, beleza e saúde). In: BAGRICHEVSKY, M. *et al.* (org.). *A saúde em debate na Educação Física*. Blumenau: Nova Letra, 2006. v. 2. p. 137-178.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. 5. ed. São Paulo: Palas Athena, 2005.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, n. especial, p. 5-14, 1997.
- OLIVEIRA, P. de S. O lúdico na vida cotidiana. In: BRUHNS (org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 11-32.
- OLIVEIRA, I.; HERMONT, C. Juventudes e participação política. In: CORREA, Maria Licinia; ALVES, Maria Zenaide; LINHARES, Carla (org.). *Cadernos temáticos: juventude brasileira e ensino médio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- PAIS, J. M. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.
- SILVA, J. L. F.; GOMES, C. L. *Princípios teórico-metodológicos do PELC*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- SOARES, A. B.; CASTRO, L. R. de. Música *underground* e resistência cultural nas periferias do Rio de Janeiro: um estudo de caso. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 12, n. 2, p. 535-547, 2014.
- SOUTTO MAYOR, S. T. *Lazer, mercado e corpo: um estudo sobre a juventude no carnaval de Ouro Preto*. 2009. 101 f. Monografia (Especialização) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SPÓSITO, M. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. In: FREITAS, M. C. de. *Desigualdade social e diversidade cultural: na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 209-243.

SPÓSITO, M. *Estado do conhecimento: juventude e escolarização*. Brasília: INEP, 2000.

SPÓSITO, M. Estudos sobre a juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. especial, p. 37-52, 1997.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-48, jun. 2001.

WELLER, W. Jovens no ensino médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (org.). *Juventude e ensino médio: diálogos, sujeitos, currículos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 101-133.

WOLCOTT, H. F. The Anthropology of Learning. *Anthropology & Education Quarterly*, special issue, v. 13, n. 2, p. 83-108, 1982.

SOBRE AS AUTORAS

ELIENE LOPES FARIA

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), mestrado (2001) e doutorado (2008) em Educação pela UFMG. É professora do Colégio Técnico da UFMG e do Programa de Pós-Graduação PROMESTRE (Mestrado Profissional - Educação e Docência) da Faculdade de Educação da UFMG. Tem experiência na área de Educação e Educação Física escolar, atuando principalmente nos seguintes temas: escola, educação física, cultura, esporte e aprendizagem.

MARIA CRISTINA ROSA

Professora associada da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Atua nos cursos de graduação (licenciatura e bacharelado) em Educação Física e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG.